



Planos de Ação das Subprefeituras 2026-2029

Caderno Plano de Ação

Subprefeitura Perus-Anhanguera

Dezembro de 2025

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL
Coordenadoria de Planejamento Urbano – PLANURB

Apresentação

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras (PAS) está prevista para ocorrer no início de cada gestão municipal, em articulação com os demais instrumentos do Sistema Municipal de Planejamento. Os PAS constituem-se como peças estratégicas para a territorialização e integração das políticas públicas, envolvendo a colaboração de diversos órgãos da administração municipal e a participação da sociedade civil. A construção desses Planos segue, principalmente, as determinações do Plano Diretor Estratégico (PDE) e do Decreto 57.537/2016, que institui os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS).

Os PAS têm o propósito de identificar sinergias e promover a compatibilidade entre a territorialização das ações dos diversos órgãos públicos, e as prioridades definidas no Programa de Metas (PdM) e nos instrumentos orçamentários, articulando-as com as diretrizes propostas nos PRS para os territórios das Subprefeituras.

Em consonância com as normativas citadas, sua elaboração envolve as Subprefeituras, com apoio da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) e suporte técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL).

Este documento, elaborado pela Coordenadoria de Planejamento Urbano (SMUL/PLANURB), corresponde à consolidação do processo de elaboração do Plano de Ação 2026-2029, e apresenta uma sistematização das diferentes dimensões do planejamento municipal vinculadas, especificamente, à Subprefeitura Perus-Anhanguera. Ele se soma aos demais produtos elaborados para cada uma das subprefeituras do município, os quais, em conjunto, combinam diretrizes de desenvolvimento urbano, demandas da população, ações e intervenções territoriais previstas e prioridades da gestão definidas na versão final do Programa de Metas 2025-2028.

As informações aqui contidas possibilitam uma visão integrada e fornecem insumos para facilitar a visualização, em cada território, do potencial de conexão entre as ações planejadas e previstas pelas secretarias e órgãos municipais. Desse modo, constituem uma ferramenta de articulação institucional que pode contribuir, ao longo do quadriênio, para a tomada de decisões de gestores públicos e órgãos colegiados em nível local.

Sumário

1. Introdução	3
1.1. Integração entre os Instrumentos do Sistema Municipal de Planejamento	3
1.2. Classificação por Eixos Temáticos	5
2. Instrumentos de Planejamento Urbano	7
2.1. Plano Diretor Estratégico: Macrozonas e Macroáreas	7
2.2. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo	11
2.3. Planos Regionais das Subprefeituras	15
2.3.1. Contexto Macrorregional	15
2.3.2. Contexto Regional	16
2.3.3. Perímetros de Ação	17
3. Dados e Indicadores	20
3.1. Perfil Demográfico da Subprefeitura	20
3.2. Indicadores por Eixo Temático	25
4. Ações Territoriais	28
4.1. Ações Previstas para o Quadriênio	28
4.1.1. Programa de Metas 2025-2028	28
4.1.2. Orçamento Cidadão 2026	32
4.2. Outras Ações Previstas	34
4.2.1. Plano Diretor Estratégico	34
4.2.2. Planejamento Setorial	35
5. Participação Social	36
5.1. Contribuições da Oficina Participativa na Subprefeitura	37
6. Considerações Finais	39

1. Introdução

1.1. Integração entre os Instrumentos do Sistema Municipal de Planejamento

No início de cada nova gestão, a integração entre os Instrumentos do Sistema Municipal de Planejamento visa articular as prioridades do governo, o planejamento urbano instituído, as políticas setoriais e o ciclo orçamentário.

A Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOM) estabelece que o processo de planejamento municipal seja estruturado por diferentes instrumentos, entre eles, o Plano Diretor Estratégico (PDE), os planos regionais e os planos setoriais. Define também que o Programa de Metas (PdM) apresente as prioridades da gestão, observando as disposições do PDE e as diretrizes do plano de governo do prefeito eleito. De forma complementar, as leis orçamentárias — Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) — devem incorporar as prioridades e ações estratégicas do PdM e do PDE.

O Plano Diretor Estratégico previu a elaboração dos Planos Regionais das Subprefeituras (PRS) e dos Planos de Ação das Subprefeituras (PAS) como parte do Sistema Municipal de Planejamento. Conforme regulamentado pelo Decreto 57.537/2016, essas peças de planejamento têm o objetivo de orientar o desenvolvimento urbano local, no âmbito de cada Subprefeitura, por meio da integração de políticas e investimentos públicos.

Nesse sentido, integrar o PDE, os PRS, os PAS e as demais peças de planejamento implica considerar de que modo cada instrumento subsidia os demais, criando uma relação de complementaridade que fortalece a coerência das políticas e potencializa a implementação das ações no território.

O Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014, revisada pela Lei 17.975/2023) é o principal instrumento de planejamento urbano de longo prazo do município, responsável por definir os objetivos e as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da cidade, orientando as ações municipais até 2029. O PDE baliza temas como ordenamento territorial, uso e ocupação do solo, mobilidade, meio ambiente, habitação, equipamentos públicos, gestão democrática, entre outros.

Os Planos Regionais das Subprefeituras (Decreto 57.537/2016) possuem o mesmo horizonte temporal do PDE e têm a função de detalhar, no território de cada subprefeitura, as diretrizes definidas pelo Plano Diretor, articulando as políticas setoriais e complementando as proposições urbanístico-ambientais, com ênfase nos espaços públicos. Já os Planos de Ação das Subprefeituras derivam dos PRS, com base em suas definições e propostas territoriais. Eles visam integrar essas diretrizes ao Programa de Metas, elaborado no início de cada gestão, e às demais ações previstas pelos órgãos setoriais para o quadriênio.

O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual são os principais instrumentos de planejamento orçamentário. Com base nas diretrizes de longo prazo do PDE e nos compromissos da gestão definidos no PdM, o PPA deve organizar as ações

governamentais de médio prazo, definindo programas, objetivos e ações para um período de quatro anos, iniciado no segundo ano de uma gestão. Dessa forma, contribui para transformar as intenções dos demais instrumentos em políticas e investimentos efetivos.

A LDO, desenvolvida anualmente, orienta a elaboração do orçamento do ano seguinte, especificando as metas e as diretrizes da administração e funcionando como elo entre o planejamento de médio prazo do PPA e a execução anual da LOA. Por sua vez, a LOA detalha a previsão das receitas e a fixação das despesas para o exercício financeiro, viabilizando a implementação das ações e programas estabelecidos nos demais instrumentos de planejamento.

Nesse contexto, os Planos de Ação das Subprefeituras visam fortalecer a articulação entre as diferentes dimensões do planejamento municipal — urbano, de gestão e, por extensão, orçamentário — a partir das especificidades territoriais de cada subprefeitura. Essa aproximação contribui para que os investimentos públicos estejam alinhados às diretrizes estabelecidas no planejamento urbano, promovendo maior convergência entre diagnóstico territorial, ações governamentais e alocação de recursos. Além disso, amplia a transparência e o diálogo com a sociedade, possibilitando que a população acompanhe o direcionamento dos investimentos em relação aos objetivos estabelecidos para o desenvolvimento urbano de longo prazo — orientado à construção de uma cidade mais justa, sustentável e em conformidade com os princípios da gestão pública eficiente.

Nesse sentido, o processo de elaboração dos PAS neste ciclo de planejamento, cujos resultados são apresentados neste caderno, incorporou tanto a espacialização do Programa de Metas 2025-2029 e do Orçamento Cidadão 2026, quanto das disposições do PDE e das ações planejadas pelas secretarias para cada subprefeitura. Somam-se a essas informações as demandas da população captadas por meio de oficinas participativas e da Plataforma Participe+, apresentadas de forma espacializada no [Anexo 1](#), considerando o recorte territorial da subprefeitura.

Como complemento a esses conteúdos, o [Anexo 2](#) reúne o cruzamento dos Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura com as diferentes camadas de ações previstas, permitindo visualizar, de forma sequencial, a incidência territorial das iniciativas consideradas no processo de elaboração dos PAS.

O agrupamento dessas camadas de informação neste documento visa apoiar os diversos órgãos municipais e a sociedade civil na definição e implementação de ações, favorecendo a identificação de sinergias e ampliando o potencial de articulação institucional nos territórios.

1.2. Classificação por Eixos Temáticos

Com o objetivo de viabilizar o cruzamento de informações provenientes de instrumentos de planejamento municipal de diferentes naturezas e características, foi realizada a classificação em Eixos Temáticos. Essa organização não consta nos documentos originais, mas constitui uma chave de leitura proposta para integrar conteúdos de planejamento urbano, políticas públicas setoriais, prioridades governamentais e outros instrumentos relevantes.

Os Eixos Temáticos foram definidos com base nos Sistemas Urbanos e Ambientais que integram a Política de Desenvolvimento Urbano do Município e são detalhados nos planos setoriais, em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor Estratégico. A seguir, apresentam-se um breve panorama do conteúdo abordado em cada Eixo.

Meio Ambiente

Aborda, principalmente, as disposições sobre o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), com foco em áreas públicas. Inclui rede hídrica, arborização urbana, praças, parques, corredores verdes, conservação e recuperação ambiental, educação ambiental, mudanças climáticas e ilhas de calor.

Infraestrutura e Saneamento Ambiental

Aborda o Sistema de Saneamento Ambiental, incluindo drenagem, resíduos sólidos, esgotamento sanitário e abastecimento de água, além de infraestruturas de utilidade pública, como energia elétrica, iluminação pública e telecomunicações. Incorpora o conceito de Cidade Inteligente, refletindo o incentivo à tecnologia e à inovação.

Habitação Social

Abrange ações voltadas à redução do déficit habitacional, de moradias inadequadas e de assentamentos precários, incluindo iniciativas de provisão habitacional, regularização fundiária e planos de urbanização, além das ações em áreas sujeitas a risco geológico e/ou hidrológico.

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Compreende estratégias de promoção e desconcentração de atividades econômicas nas zonas urbanas e rural, envolvendo centralidades, turismo, agroecologia e desenvolvimento rural, economia criativa e inovação tecnológica, e atividade industrial.

Desenvolvimento Social e Equipamentos

Reúne ações e equipamentos públicos voltados à efetivação de direitos sociais, incluindo educação, saúde, esporte e lazer, cultura, assistência social, abastecimento e segurança alimentar. Considera também redução da vulnerabilidade social e promoção da segurança pública.

Patrimônio Cultural

Aborda a preservação e valorização de bens culturais materiais e imateriais, bem como áreas representativas da identidade e memória cultural, histórica e urbanística da cidade, incluindo os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP).

Mobilidade

Inclui o conjunto dos modos de transporte e infraestruturas de circulação, abrangendo circulação de pedestres, acessibilidade universal, sistema cicloviário, sistema de transporte coletivo público, sistema hidroviário, sistema viário, sistema de logística de cargas, segurança viária e integração entre modais.

Considerando as especificidades de cada instrumento, seu conteúdo foi classificado nos Eixos Temáticos e Subtemas correspondentes, podendo se vincular a mais de um eixo. Quando pertinente, para facilitar a análise integrada, os Eixos Temáticos foram organizados em dois blocos. O **Bloco Temático 1** inclui Meio Ambiente, Infraestrutura e Saneamento Ambiental e Habitação Social, enquanto o **Bloco Temático 2** agrupa Desenvolvimento Econômico Sustentável, Desenvolvimento Social e Equipamentos, Patrimônio Cultural e Mobilidade.

2. Instrumentos de Planejamento Urbano

Esta seção apresenta, sinteticamente, as características incidentes no território da subprefeitura estabelecidas pelos diferentes instrumentos da Política de Desenvolvimento Urbano, e incluem: (1) as macrozonas e macroáreas do Plano Diretor Estratégico; (2) o zoneamento previsto na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; e (3) contexto territorial, definições e diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras.

2.1. Plano Diretor Estratégico: Macrozonas e Macroáreas

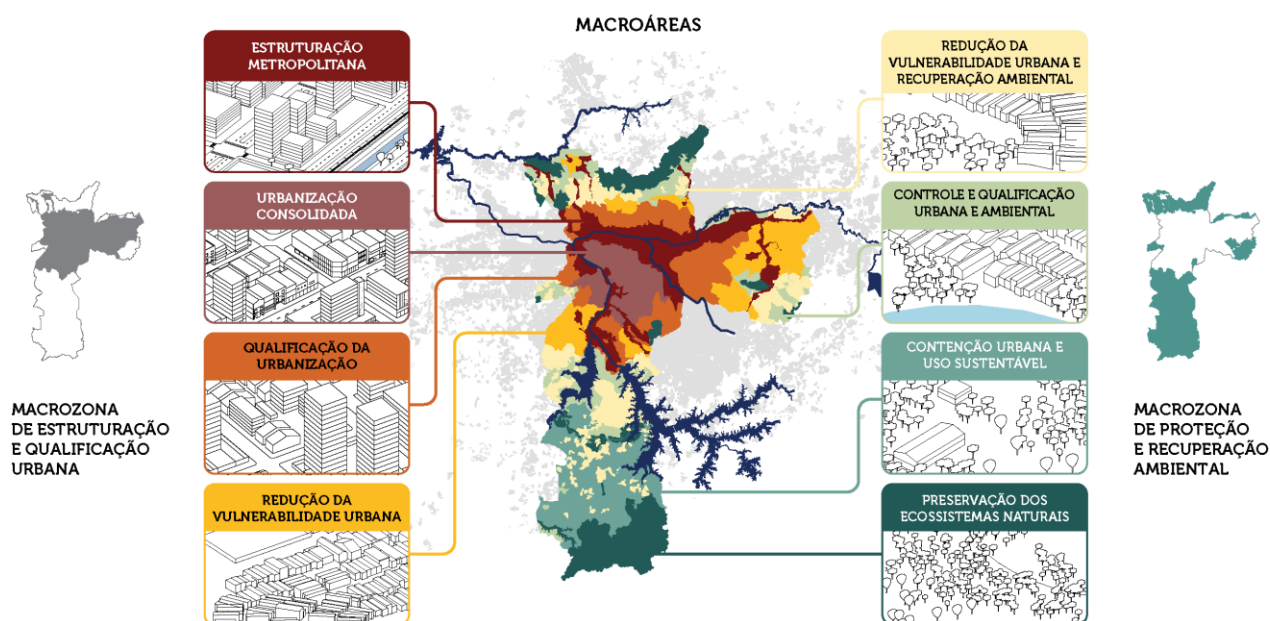
Definidas pelos artigos 8º a 21º do Plano Diretor Estratégico - PDE (Lei 16.050/2014, revisada pelas Leis 17.975/2023 e 18.209/2024), as Macrozonas e Macroáreas constituem compartimentos do ordenamento territorial de São Paulo. Cada uma estabelece diretrizes e objetivos específicos para cada território, buscando um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável. Foram delimitadas de acordo com critérios de homogeneidade das características regionais, levando em conta dimensões sociais, ambientais, imobiliárias, econômicas e culturais.

A Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, definida como a mais adequada para abrigar usos e atividades urbanos, apresenta grande diversidade de padrões de urbanização e desigualdade socioespacial. Para orientar o desenvolvimento urbano a partir de objetivos específicos, subdivide-se em 4 macroáreas: Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM), Macroárea de Urbanização Consolidada (MUC), Macroárea de Qualificação da Urbanização (MQU) e Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana (MRVU).

Já a Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, cuja função principal é a prestação de serviços ambientais essenciais para a vida urbana, delimita um território ambientalmente frágil devido às suas características geológicas e geotécnicas, à presença de mananciais de abastecimento hídrico e à significativa biodiversidade. Subdivide-se em quatro macroáreas: Macroárea de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental (MRVURA) e Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental (MCQUA) na Zona Urbana; Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável (MCUS) e Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais (MPEN) na Zona Rural.

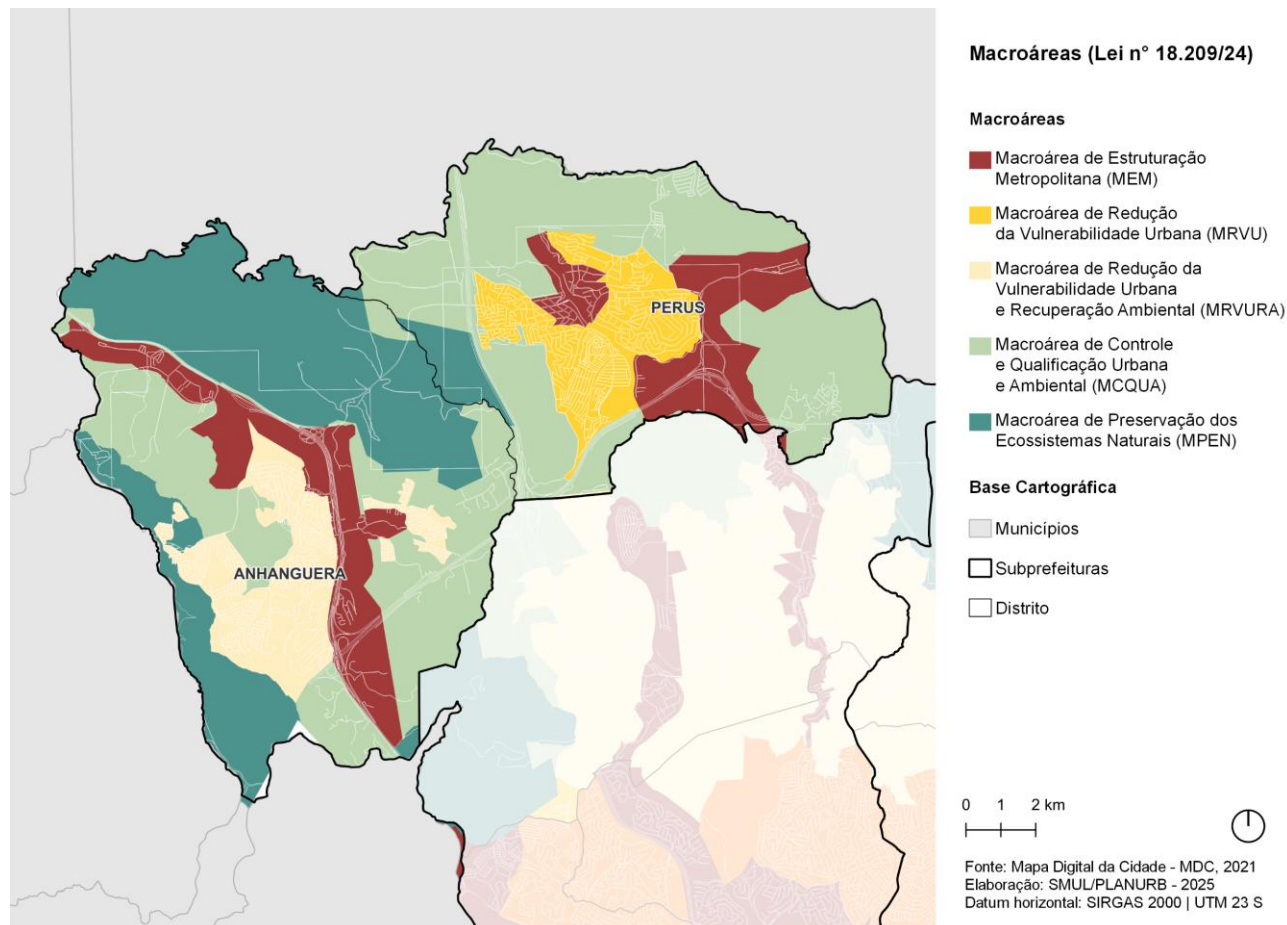
A figura a seguir ilustra a distribuição das Macrozonas e Macroáreas no território municipal.

ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO ORDENAMENTO TERRITORIAL: MACROZONAS E MACROÁREAS



Fonte: SMUL/PLANURB, adaptado do Plano Diretor Ilustrado, disponível na plataforma [Gestão Urbana](#).

A seguir, apresentam-se as macroáreas que compõem o território da Subprefeitura Perus-Anhanguera.



A **Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM)** abrange áreas das planícies dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí, com articulação com o Centro e prolongamento junto às avenidas Jacu-Pêssego, Cupecê e Raimundo Pereira de Magalhães, além das rodovias Anhanguera e Fernão Dias. Delineia-se a partir de vias estruturais, sistemas ferroviários e rodovias que articulam municípios e integram polos de emprego da Região Metropolitana de São Paulo.

Na MEM, verificam-se processos de transformação e conversão econômica, com relevante nível de oportunidades de emprego gerados pela coexistência de antigas áreas industriais e novos padrões de uso e ocupação do solo, nos quais concentram-se atividades terciárias e importantes infraestruturas de transporte de massa. A MEM também abrange áreas de grande potencial de desenvolvimento econômico e social, mas com o desafio de promover maior aproveitamento da terra urbana.

Por abranger territórios com características tão diversificadas, o PDE subdivide a MEM em setores e subsetores, e estabelece os Planos de Intervenção Urbana (PIUs) como o instrumento definidor de estratégias, de parâmetros urbanísticos e de programa de intervenções específicos para cada uma dessas áreas.

O território da Subprefeitura Perus-Anhanguera é, em parte, sobreposto pelo setor Eixos de Desenvolvimento da MEM.

Por sua vez, a **Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana (MRVU)** caracteriza-se por territórios com níveis elevados de vulnerabilidade socioeconômica, baixos índices de desenvolvimento humano e predomínio de assentamentos precários e irregulares. Nessa macroárea a urbanização apresenta desafios estruturantes, com destaque para a alta densidade populacional residente em áreas de risco geológico e de inundação e para o déficit histórico na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas.

Dentre os objetivos estabelecidos no art. 15 do PDE para a MRVU, incluem-se (1) fortalecer as capacidades de proteção social a partir de melhorias nas condições de vida, de convivência e de acesso às políticas públicas; e (2) minimizar os problemas existentes nas áreas com riscos geológico-geotécnicos, de inundações e decorrentes de solos contaminados e prevenção do surgimento de novas ocupações e de situações de vulnerabilidade.

Já a **Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental (MRVURA)** localiza-se nas bordas da área urbanizada do território municipal, e se caracteriza pelo predomínio de baixos índices de desenvolvimento urbano e assentamentos precários e irregulares associados a situações de elevada vulnerabilidade socioambiental. Nela são comuns áreas urbanas em situação de irregularidade fundiária e de risco geológico e inundação. Nos territórios inseridos na MRVURA também persistem condições de déficit na oferta de equipamentos, infraestruturas urbanas e áreas de lazer, além de excessiva distância das regiões com maior concentração de emprego e serviços.

Dentre os objetivos estabelecidos no art. 18 do PDE para a MRVURA, incluem-se (1) a promoção da urbanização e regularização fundiária dos assentamentos urbanos precários,

dotando-os de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana completa e garantindo a segurança na posse e a recuperação da qualidade urbana e ambiental; e (2) o incentivo à consolidação das centralidades de bairro existentes, facilitando a implantação de serviços, comércios e equipamentos comunitários.

A **Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental (MCQUA)** caracteriza-se pelo padrão de ocupação horizontalizado e grande diversidade de atividades, com ocorrência tanto de bairros em condições precarizadas de urbanização quanto áreas industriais, de exploração mineral e de reflorestamento. Os territórios demarcados como MCQUA localizam-se nas extremidades da área urbanizada do território municipal, e combinam os desafios da qualificação dos assentamentos urbanos respeitadas as condicionantes ambientais e de contenção do espraiamento da mancha urbana.

Dentre os objetivos estabelecidos no art. 19 do PDE para a MCQUA, incluem-se: A melhoria das condições urbanísticas e ambientais dos bairros existentes com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas; E a contenção da expansão e do adensamento construtivo e demográfico dos assentamentos urbanos precários e irregulares existentes.

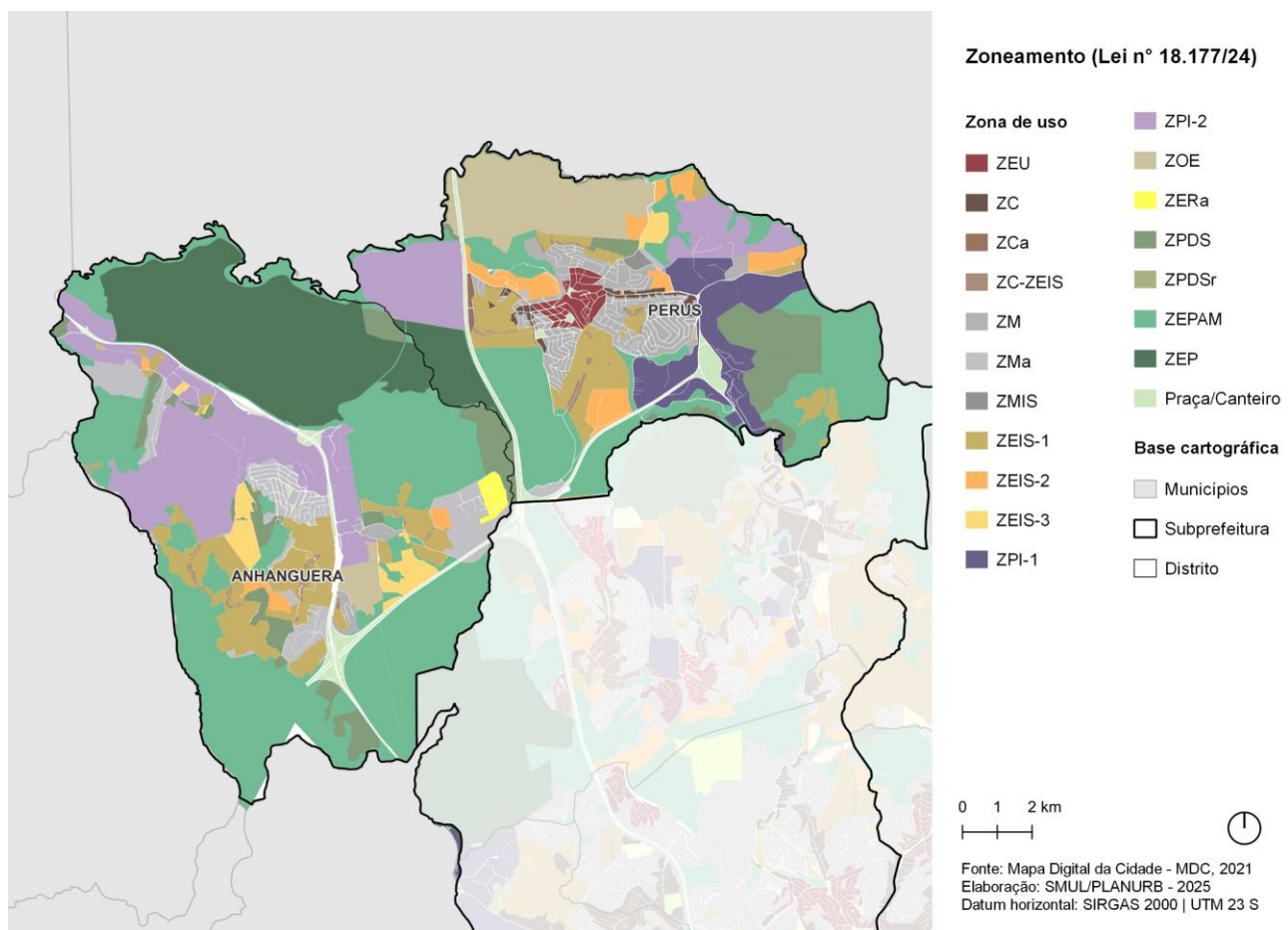
Por fim, a **Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais (MPEN)** caracteriza-se pela existência de sistemas ambientais ainda pouco impactados por atividades antrópicas e que conservam remanescentes florestais naturais significativos, com expressiva distribuição espacial, continuidade e conservação. Os territórios demarcados como MPEN são, portanto, mantenedores da biodiversidade, e concentram várzeas preservadas, cabeceiras de drenagem, nascentes e cursos d'água, além de áreas com fragilidades geológico-geotécnicas suscetíveis a processos erosivos, escorregamentos e outros movimentos de massa.

Dentre os objetivos estabelecidos no art. 21 do PDE para a MPEN, incluem-se (1) a manutenção das condições naturais dos elementos e processos que compõem os sistemas ambientais; e (2) a promoção de atividades ligadas à pesquisa, ao ecoturismo e à educação ambiental.

2.2. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS (Lei 16.402/2016, revisada pelas Leis 18.081/2024 e 18.177/2024), complementar ao Plano Diretor Estratégico, regulamenta o zoneamento do Município de São Paulo. A definição das zonas de uso estabelece parâmetros urbanísticos e construtivos, além de orientar a compatibilização entre os usos dos espaços urbanos e ambientais.

O território da Subprefeitura Perus-Anhanguera é composto pelas zonas de uso de representadas no mapa a seguir.

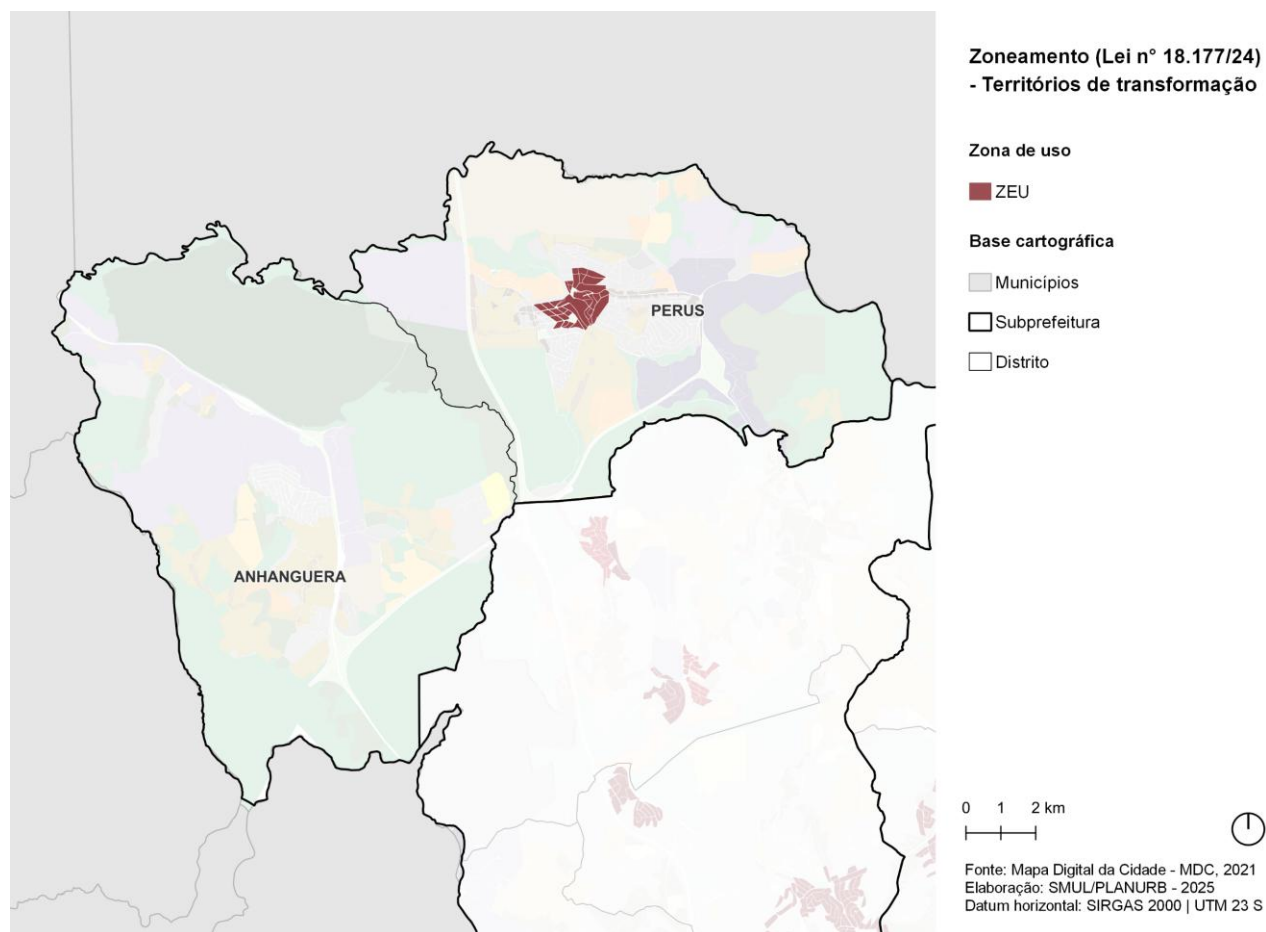


A LPUOS busca a afirmação, no território, das estratégias, objetivos e diretrizes da política urbana e do ordenamento territorial definidos pelo Plano Diretor Estratégico (PDE). Nesse contexto, organiza o zoneamento em três diferentes categorias:

Territórios de transformação

As zonas dos territórios de transformação estão delimitadas em áreas dotadas de infraestrutura de transporte público de alta capacidade, existente ou planejada. Têm como objetivo o adensamento construtivo e habitacional, promovendo a diversificação da atividade econômica. Preveem índices mais elevados de aproveitamento do solo urbano e, consequentemente, recepcionar a atividade imobiliária de forma mais intensiva.

O mapa a seguir destaca os territórios de transformação na Subprefeitura.

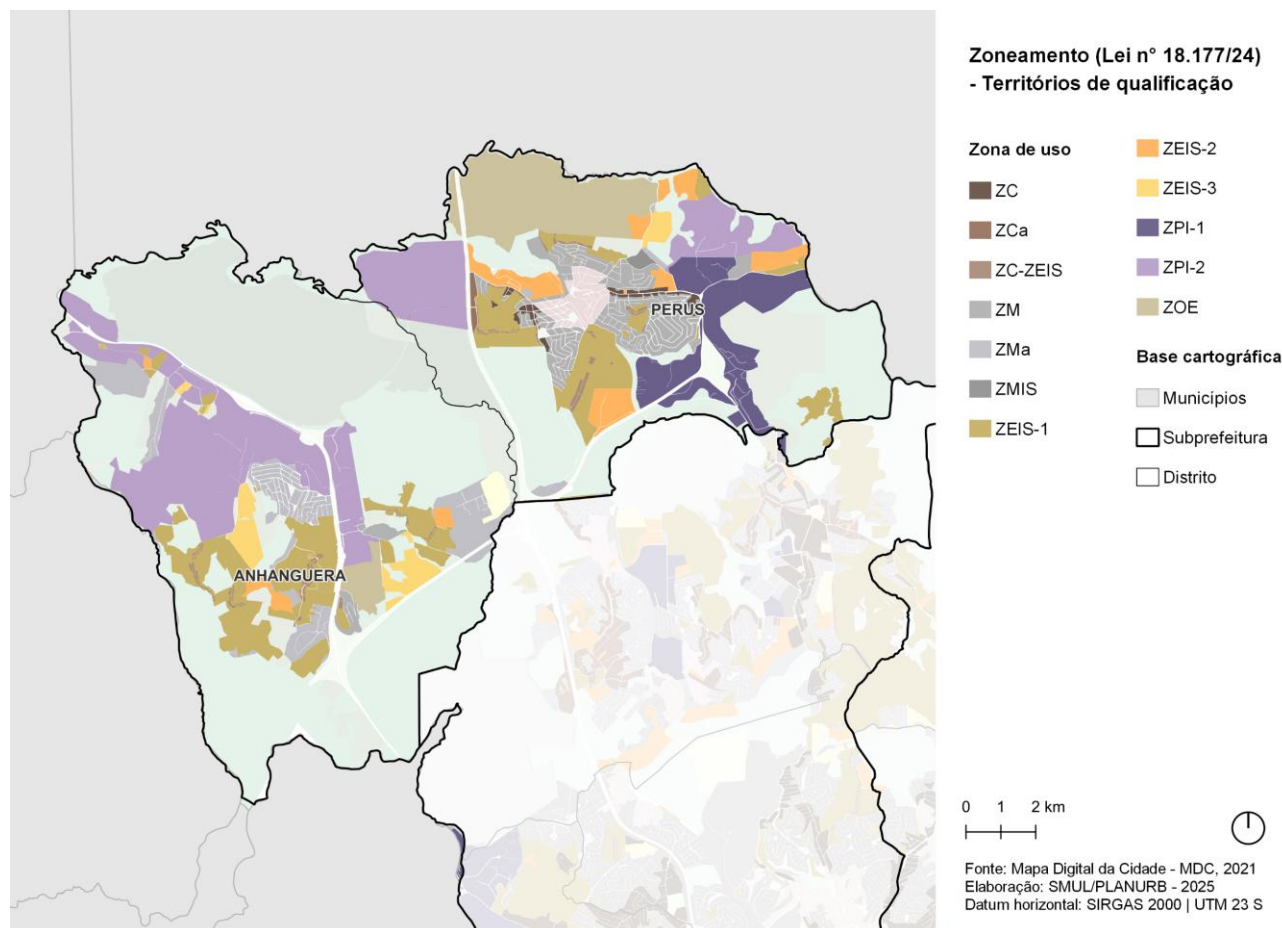


Na Subprefeitura Perus-Anhanguera, o território de transformação é composto pela Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU). Esse território representa aproximadamente 0,7% da área da Subprefeitura.

Territórios de qualificação

As zonas dos territórios de qualificação visam a manutenção dos usos não residenciais existentes, o fomento às atividades produtivas e a diversificação de usos do solo. Esses territórios permitem adensamento populacional moderado, a depender das diferentes características que constituem esses territórios.

O mapa a seguir destaca os territórios de qualificação na Subprefeitura.

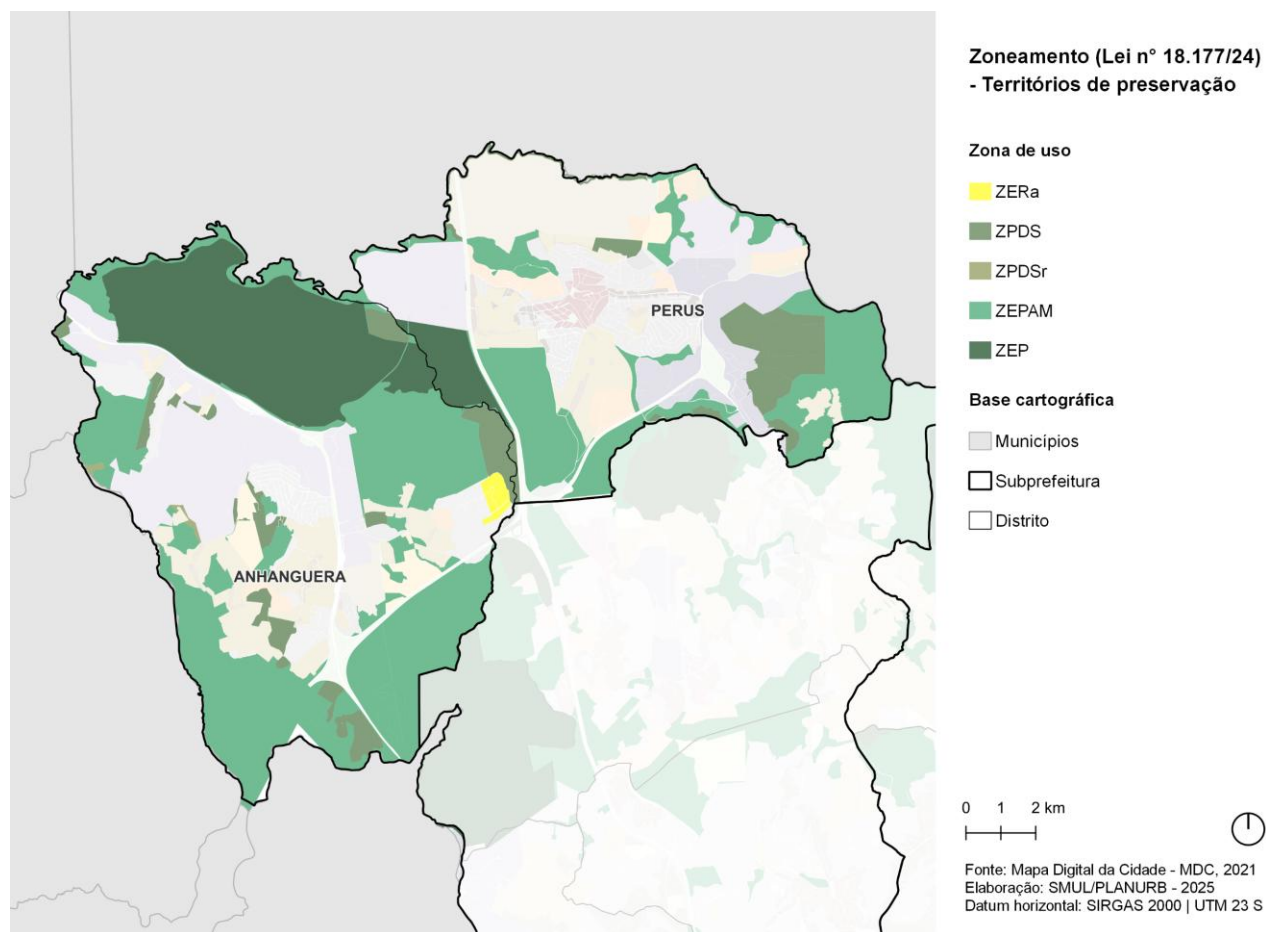


Na Subprefeitura Perus-Anhanguera, os territórios de qualificação são compostos pelas Zona Centralidade (ZC), Zona Centralidade Ambiental (ZCa), Zona Centralidade lindeira à ZEIS (ZC-ZEIS), Zona Mista (ZM), Zona Mista Ambiental (ZMa), Zona Mista de Interesse Social (ZMIS), Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS-1), Zona Especial de Interesse Social 2 (ZEIS-2), Zona Especial de Interesse Social 3 (ZEIS-3), Zona Predominantemente Industrial 1 (ZPI-1), Zona Predominantemente Industrial 2 (ZPI-2) e Zona de Ocupação Especial (ZOE). Esses territórios representam aproximadamente 43,1% da área da Subprefeitura.

Territórios de preservação

As zonas dos territórios de preservação visam proteger características ambientais ou tipologias urbanas de baixa e média densidade. Estabelecem parâmetros construtivos mais restritos, desestimulando a atividade imobiliária e a intensiva transformação dos lotes. Essas áreas podem abranger áreas vegetadas ou não, dependendo de determinados aspectos urbanos, como a presença de vilas, bairros ambientais ou zonas estritamente residenciais.

O mapa a seguir destaca os territórios de preservação na Subprefeitura.



Na Subprefeitura Perus-Anhanguera, os territórios de preservação são compostos pelas Zona Exclusivamente Residencial Ambiental (ZERa), Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável (ZPDS), Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Zona Rural (ZPDSr), Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM) e Zona Especial de Preservação (ZEP). Esses territórios representam aproximadamente 51,1% da área da Subprefeitura.

2.3. Planos Regionais das Subprefeituras

Decorrentes do Plano Diretor Estratégico, os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS), instituídos pelo Decreto 57.537/2016, são compostos por diretrizes e propostas para cada macrorregião e subprefeitura do Município, com ênfase aos espaços públicos e à articulação de políticas setoriais no território.

Os PRS são organizados em dois cadernos — Quadro Analítico e Perímetros de Ação —, disponíveis na plataforma [Gestão Urbana](#).

O Quadro Analítico reúne o diagnóstico do território, com base em dados socioespaciais e legislação urbanística vigente na época, e propõe diretrizes regionais ou macrorregionais. Essas diretrizes estabelecem uma interface entre a escala do Plano Diretor e a escala local, contribuindo para a territorialização das intervenções quadrienais da cidade.

O segundo caderno apresenta os Perímetros de Ação, indicados como áreas estratégicas para a qualificação do território, a serem objeto de planos de intervenção urbana para definição de ações integradas intersetoriais. Eles integram a Rede de Estruturação Local, um dos elementos da estratégia territorial do PDE, prevista no artigo 9º e detalhada no artigo 26.

Com base nos PRS, apresentam-se a seguir breves contextualizações sobre as características macrorregionais e regionais, complementadas por um panorama dos Perímetros de Ação incidentes no território.

2.3.1. Contexto Macrorregional

A Subprefeitura Perus-Anhanguera é parte da Macrorregião Norte 2, que ocupa um território de 170,1km² e que inclui, também, as subprefeituras Pirituba-Jaraguá, Freguesia-Brasilândia e Casa Verde-Cachoeirinha. A Macrorregião Norte 2 está localizada na porção noroeste da cidade e é limítrofe, ao sul, com a Macrorregião Centro-Oeste; à leste, com a Macrorregião Norte 1; à oeste, com os municípios de Santana de Parnaíba, Barueri e Osasco; e ao Norte, com os municípios de Cajamar, Caieiras e Mairiporã.

A Macrorregião Norte 2 concentra 1.330.089 habitantes, o que corresponde a 12% da população de São Paulo, segundo o Censo de 2022. A região experimentou crescimento populacional de aproximadamente 10% desde 2010, que, no entanto, não foi uniforme: enquanto as subprefeituras Perus-Anhanguera e Pirituba-Jaraguá registraram acréscimos significativos, Casa Verde-Cachoeirinha e Freguesia-Brasilândia viram sua população residente diminuir. Como resultado, a macrorregião como um todo tornou-se mais densa, atualmente em cerca de 78 habitantes/ha.

É um território de grande diversidade ambiental e urbana, marcado pelo relevo acidentado, cabeceiras de drenagem e solos sujeitos à erosão. Tem importante concentração de nascentes e diversificada rede hídrica, com rios e córregos de dimensões, níveis de intervenção e graus de contaminação variados.

O PDE/2014 prevê a implementação de estratégias de ordenamento territorial diretamente relacionadas com a Macrorregião Norte 2, dentre elas segmentos dos subsetores Eixos de Desenvolvimento da Macroárea de Estruturação Metropolitana e do Arco Tietê da Macroárea de Estruturação Metropolitana.

Principais desafios apontados pelo Plano Regional da Macrorregião Norte 2

O Quadro Analítico do Plano Regional da Macrorregião Norte 2 identifica desafios sintetizados nos seguintes pontos:

- Avanço na implementação de infraestruturas de transporte para redução do tempo de deslocamento casa-trabalho e melhoria na conexão Leste-Oeste, com maior integração de modais.
- Adensamento habitacional e construtivo vinculado aos eixos de transporte e associado à qualificação e à ampliação de espaços públicos e serviços.
- Contenção da expansão urbana, especialmente em direção à Serra da Cantareira, tanto pelo aprimoramento da fiscalização quanto pelo monitoramento do território, a fim de prevenir novos assentamentos em áreas de risco e de proteção ambiental.
- Valorização do patrimônio cultural, o que inclui proteção e recuperação de bens materiais e imateriais, estimulando usos e atividades econômicas e sociais relevantes, sempre com foco na preservação ambiental.

2.3.2. Contexto Regional

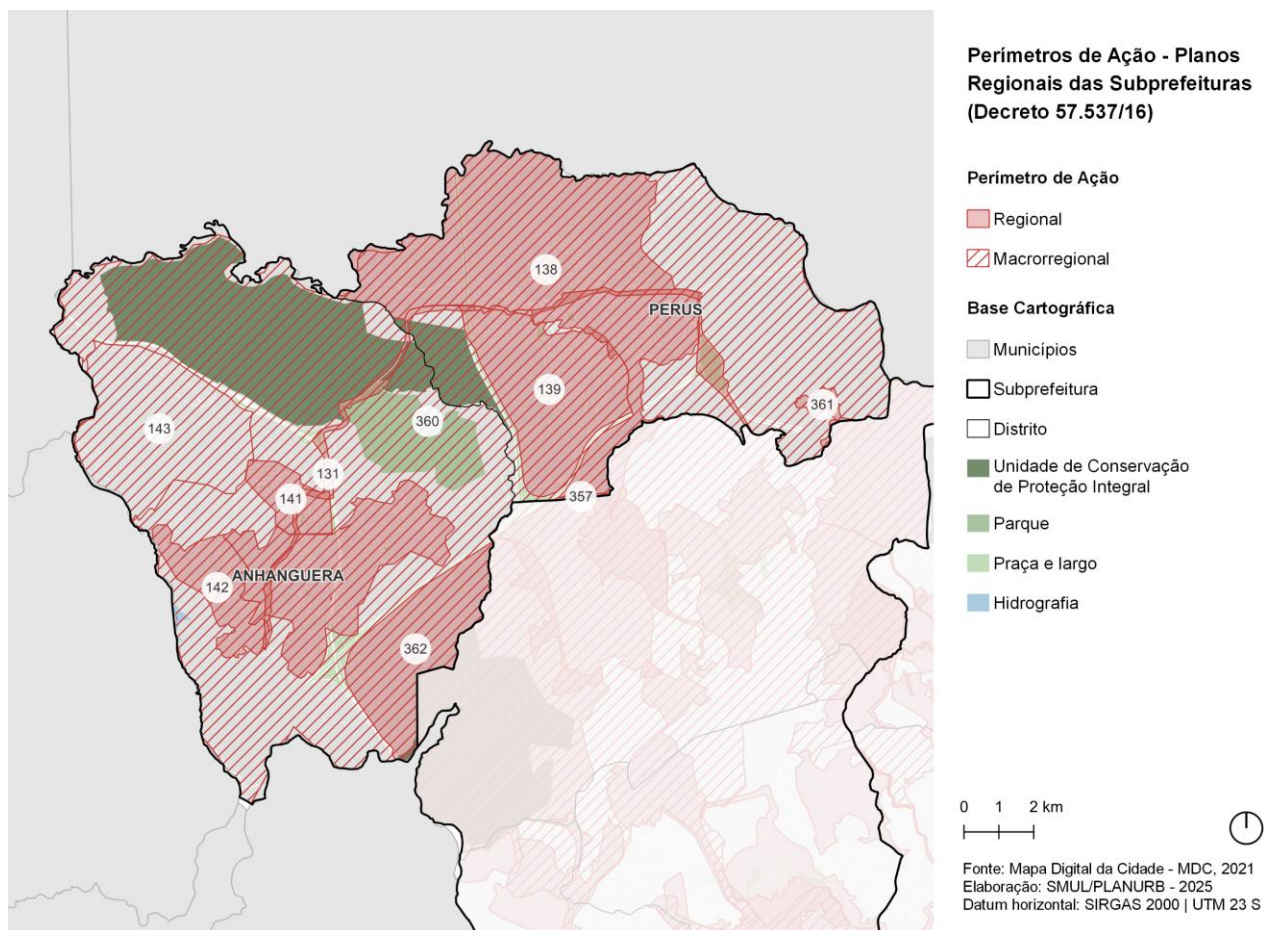
O Quadro Analítico do Plano Regional da Subprefeitura Perus-Anhanguera indica desafios sociais, econômicos, ambientais e culturais, que exigem ações coordenadas para garantir o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida local.

Do ponto de vista social, é necessário qualificar as áreas de alta vulnerabilidade social, por meio da ampliação da oferta de equipamentos nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como da construção de moradias em locais dotados de infraestrutura de transporte e saneamento universal. Além disso, o controle do parcelamento e da ocupação do solo é importante para evitar construções em áreas de risco e nas margens de cursos d'água, assegurando, assim, a preservação de áreas vegetadas.

Para impulsionar a economia local, a Subprefeitura deve desenvolver mecanismos para a promoção de empregos, com foco nas zonas industriais próximas ao Rodoanel, à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães e à Rodovia Anhanguera. Por fim, é importante avançar na delimitação, conceituação e definição dos objetivos específicos do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Jaraguá/Perus. O TICP busca estimular iniciativas locais nas áreas de cultura, educação e meio ambiente; ampliar o direito à cidade e à cidadania cultural; valorizar a memória e a identidade local e regional; promover o conhecimento e a fruição do patrimônio e da paisagem; e fomentar coletivos culturais autônomos como forma de geração de renda e promoção do desenvolvimento local sustentável.

2.3.3. Perímetros de Ação

Para a sistematização e análise dos Perímetros de Ação da Subprefeitura, foram considerados tanto os perímetros delineados no respectivo Plano Regional quanto aqueles que constam no caderno da Macrorregião. O mapa a seguir apresenta os 10 Perímetros de Ação que abrangem o território da Subprefeitura Perus-Anhanguera.



A sistematização dos Perímetros de Ação (PA) demonstra que, em termos gerais, os objetivos e diretrizes formulados contemplam todos os eixos temáticos identificados, evidenciando uma abordagem integrada das intervenções urbanas. Essa abrangência reflete a intenção de promover melhorias territoriais completas, por meio da articulação entre diferentes frentes setoriais.

Para evidenciar tanto as convergências entre os Perímetros quanto aspectos específicos que possam subsidiar políticas públicas mais direcionadas, a tabela a seguir apresenta de forma sintética a avaliação dos principais eixos temáticos de cada PA, seguida de uma contextualização resumida. A descrição completa e detalhada de todos os perímetros encontra-se nos Planos Regionais correspondentes.

Tabela 1. Perímetros de Ação na Subprefeitura - Principais Eixos Temáticos

ID	Nome	Escala	Meio Amb.	Infra. e San.	Hab. Soc.	Des. Econ. Sust.	Des. Social e Equip.	Pat. Cult.	Mob.
131	Conexão Terminais Perus e Anhanguera	Regional	●			●	●		●
138	Centralidade Estruturadora de Perus	Regional	●	●	●	●	●	●	●
139	Recanto dos Humildes	Regional	●		●		●		●
141	Centralidade Jardim Britânia	Regional		●		●	●		●
142	Itaberaba I e II	Regional	●	●	●		●		●
143	Chácara Maria Trindade	Regional; Macrorregional		●	●	●	●		●
144	Morro Doce e Sol Nascente	Regional	●	●	●	●	●		●
360	TICP Perus-Jaraguá	Regional; Macrorregional	●	●		●	●	●	●
361	Taipas-Cantareira	Regional	●	●	●	●	●	●	●
362	Terras Indígenas-Parque Jaraguá	Regional	●	●	●	●	●	●	●

Entre os Perímetros de Ação com diretrizes voltadas à elevada vulnerabilidade socioambiental e à presença de assentamentos precários — incluindo áreas de risco junto a córregos e em relevos acidentados — destacam-se os IDs 139 e 142. Suas propostas abrangem provisão habitacional e regularização fundiária, além de medidas para compatibilizar ocupação e preservação ambiental, como criação de áreas livres e implantação de parques planejados. Também preveem ampliação de equipamentos e serviços públicos e intervenções de mobilidade, com qualificação de calçadas, escadarias e transposições.

Alguns perímetros associam vulnerabilidade socioambiental a características de centralidade, como os IDs 138, 143, 144 e 361, indicando que intervenções nessas áreas podem impulsionar o desenvolvimento social e econômico local. Nesses territórios, são recorrentes as demandas por atendimento habitacional e regularização fundiária, implantação de parques e qualificação de espaços livres, além de ações de mobilidade para superar barreiras físicas e melhorar o acesso entre bairros e municípios vizinhos.

Nesse grupo, o perímetro Centralidade Estruturadora de Perus (138) se destaca por configurar centralidade consolidada em torno da estação da CPTM e do CEU Perus, reunindo comércio e equipamentos públicos, com parte da área coincidente ao PIU NESP. Suas diretrizes de mobilidade — implantação de terminal, corredor de ônibus e conexões viárias — relacionam-se diretamente à instalação do novo entreposto. O perímetro Chácara Maria Trindade (143), por

sua vez, combina usos industriais e zona rural, com potencial para desenvolvimento da agricultura familiar.

O perímetro 131 abrange vias estruturais da Subprefeitura Perus-Anhanguera com circulação de transporte público, mas cuja conectividade é prejudicada por barreiras físicas como a linha férrea, as rodovias dos Bandeirantes e Anhanguera e o Rodoanel. As diretrizes priorizam a integração do território, prevendo a qualificação ou implantação de terminais e a implantação de corredor de ônibus.

Complementando o panorama da região, os perímetros 362 – Terras Indígenas / Parque Jaraguá – e 360 – TICP Perus-Jaraguá concentram diretrizes voltadas a conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento econômico. O perímetro 362 abrange a Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Jaraguá, caracterizando-se pela elevada vulnerabilidade social, presença de ocupações irregulares e comunidade indígena. As diretrizes priorizam recuperação de nascentes e cursos d'água, saneamento básico adaptado à realidade local, produção de habitação social respeitando a cultura indígena, além da implantação de equipamentos educativos, culturais e sociais voltados à população local e à comunidade indígena.

Por sua vez, o TICP Perus-Jaraguá configura-se como um perímetro macrorregional de relevância ambiental, cultural e turística. O território reúne parques existentes e planejados, remanescentes de Mata Atlântica, patrimônios históricos e equipamentos públicos, além de diversas iniciativas culturais e educacionais. Suas diretrizes incluem a criação de roteiros temáticos que conectem os pontos de interesse, a gestão compartilhada dos equipamentos culturais e a integração das áreas verdes, promovendo o desenvolvimento econômico local por meio da valorização da diversidade cultural e da economia criativa.

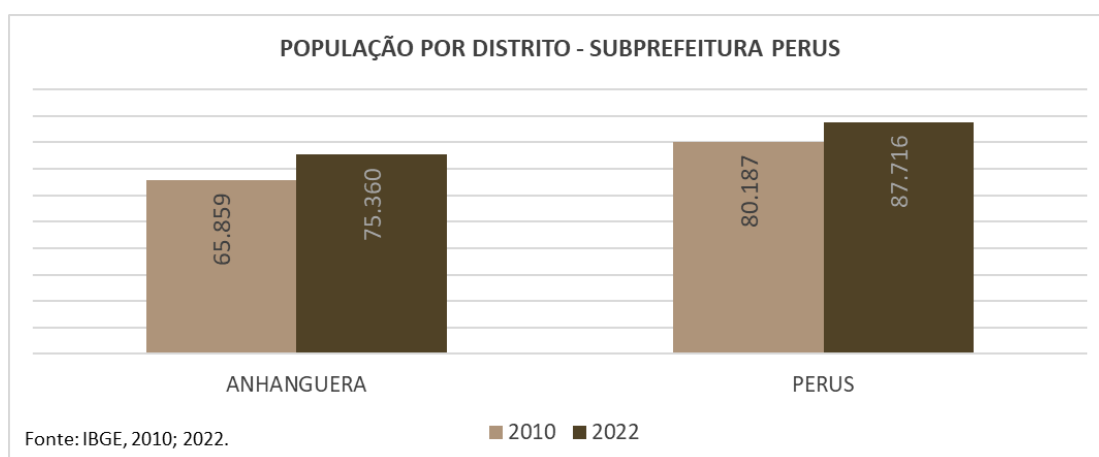
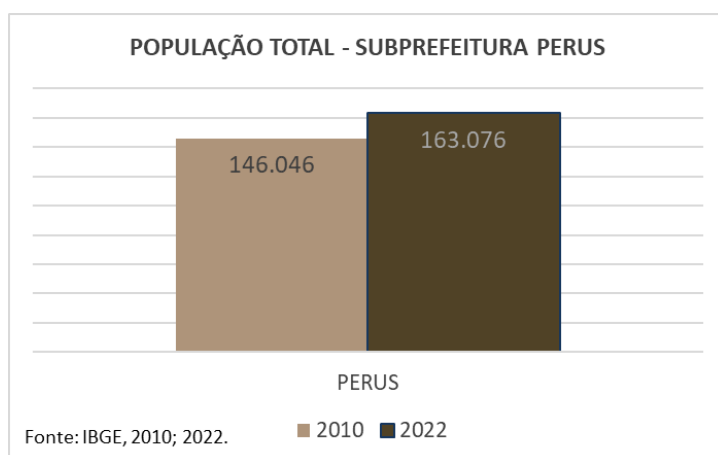
3. Dados e Indicadores

Essa seção visa complementar os diagnósticos territoriais apresentados nos Planos Regionais das Subprefeituras, por meio da apresentação de dados e indicadores socioeconômicos, ambientais e urbanos. Inclui o perfil demográfico da subprefeitura, com base no Censo 2022, e breves panoramas sobre cada eixo temático, elaborados a partir dos indicadores da [Coletânea de Indicadores das Subprefeituras](#), disponível na plataforma Gestão Urbana.

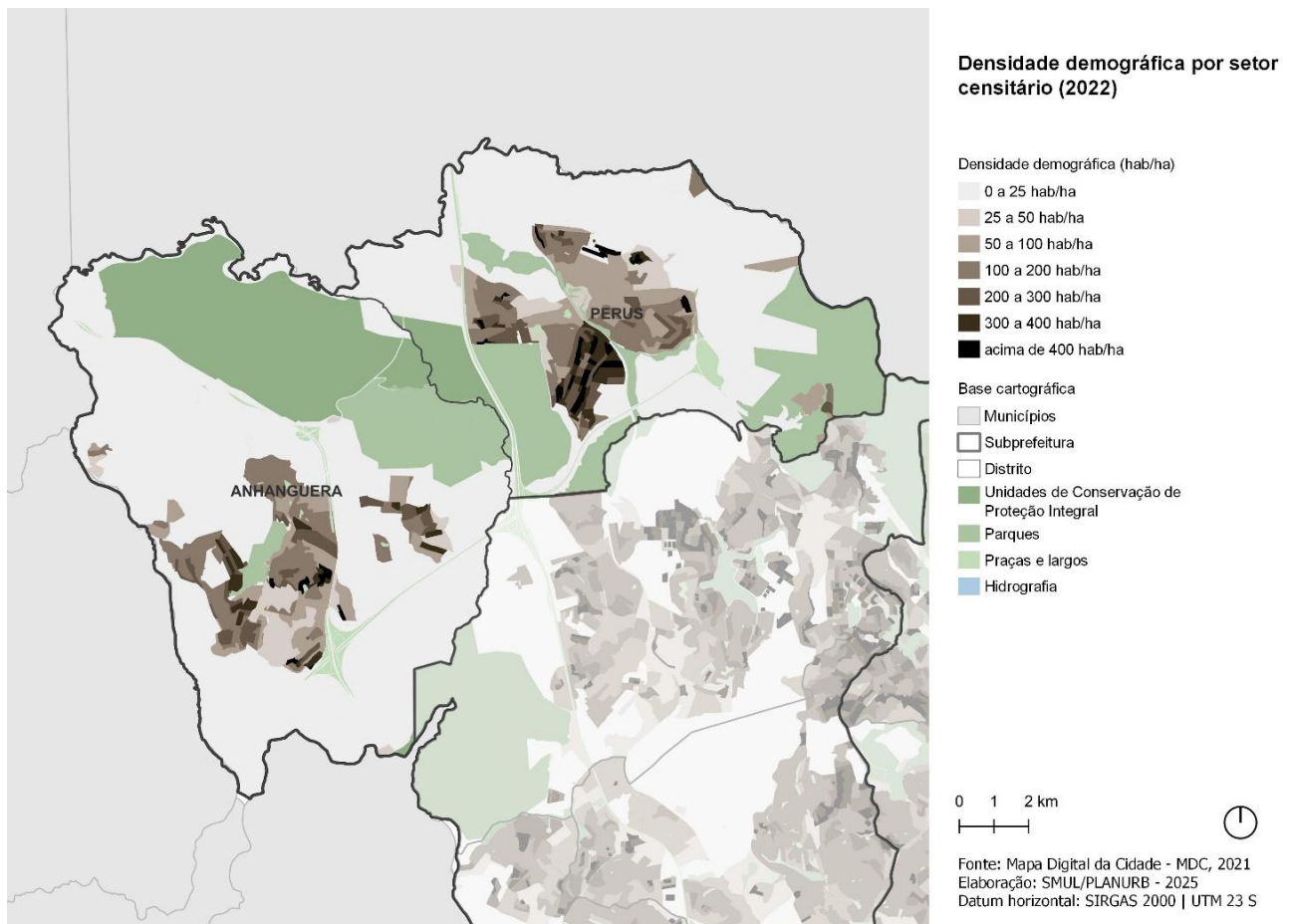
3.1. Perfil Demográfico da Subprefeitura

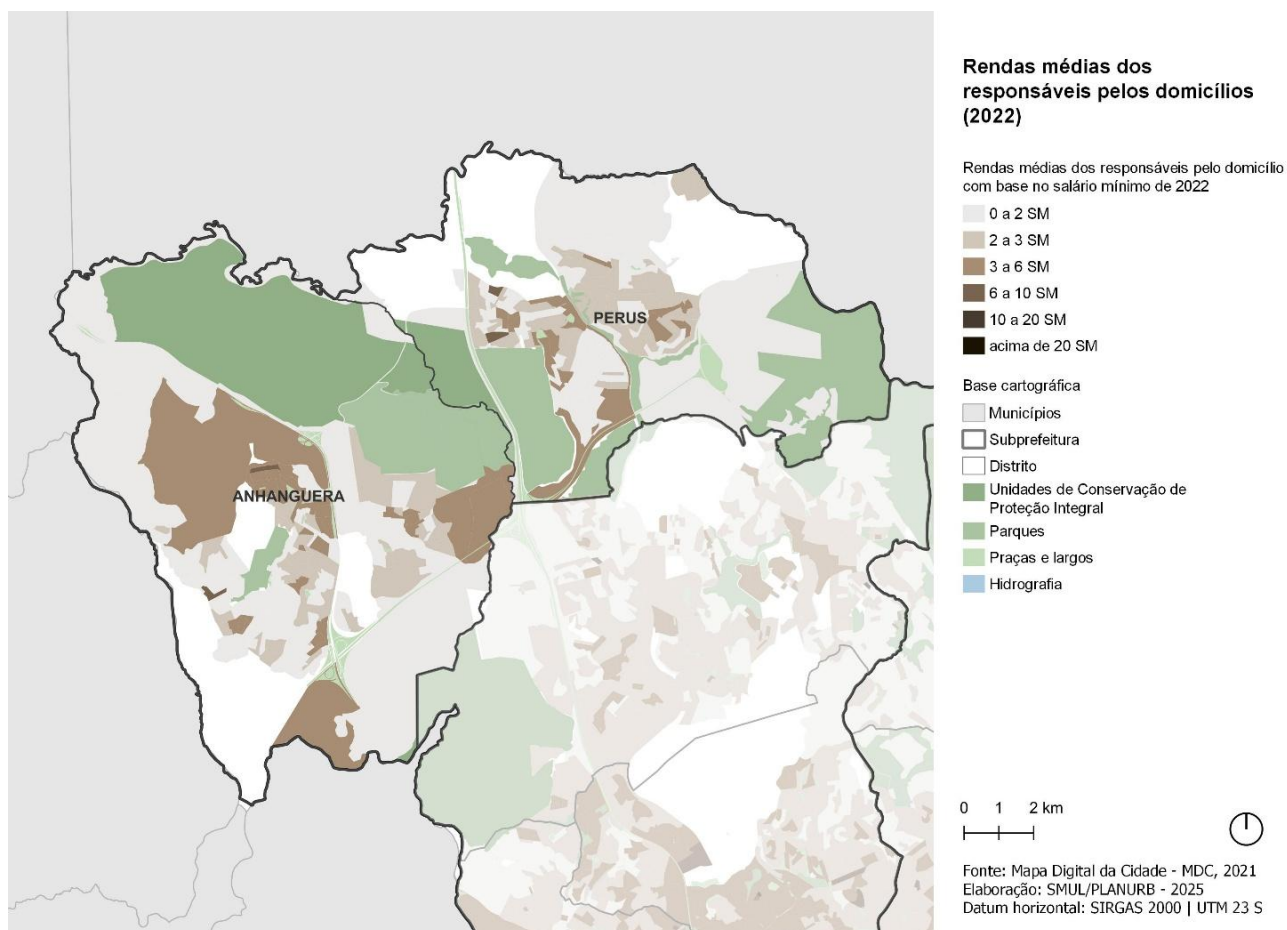
A Subprefeitura Perus-Anhanguera apresenta população de 163.076 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2022, o que representa 1,42% da população do município de São Paulo. 53,8% da população da Subprefeitura reside no distrito Perus (87.716 habitantes) e 46,2% no distrito Anhanguera (75.360 habitantes).

Comparado aos dados do Censo de 2010, a Subprefeitura apresentou um aumento de 11,7% em sua população. A ampliação populacional foi de 14,4% no distrito Anhanguera e de 9,4% no distrito Perus.

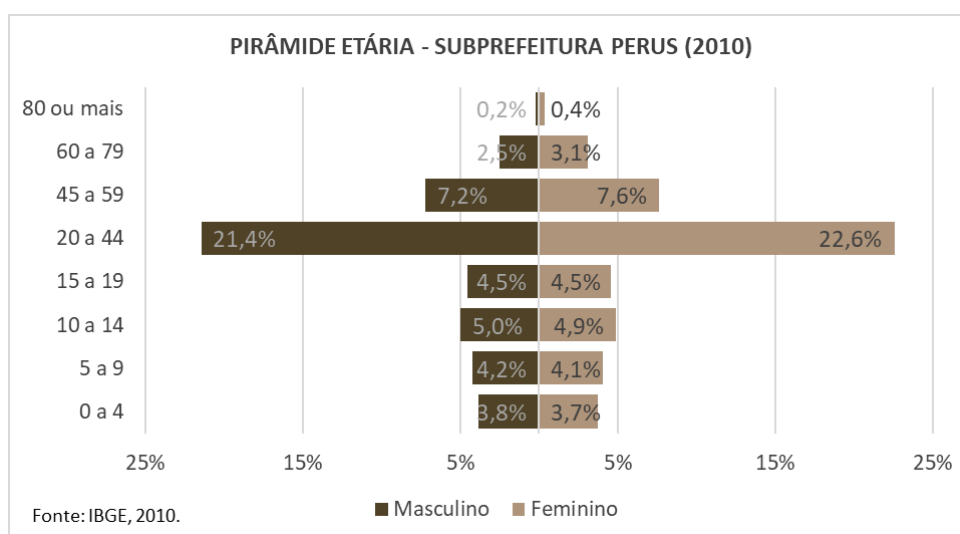
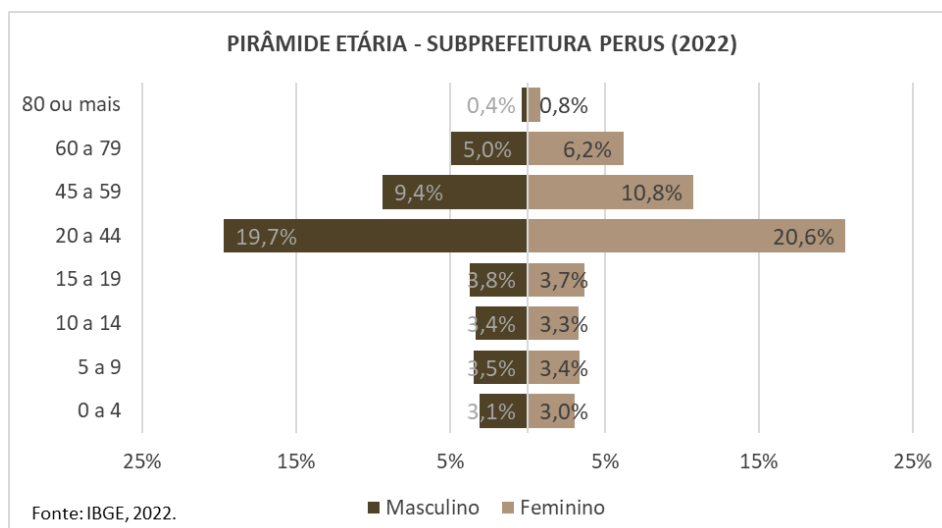


A densidade demográfica da Subprefeitura é de 28,65 habitantes por hectare, uma vez que a maior parte do território é formado por áreas de preservação ambiental ou áreas industriais, limitando sua ocupação para uso residencial. O distrito Perus apresenta densidade demográfica de 37,2 habitantes por hectare e o distrito Anhanguera, de 22,6 habitantes por hectare, havendo uma concentração de ocupação nas áreas centrais dos dois distritos. De modo geral, os setores censitários com maiores densidades apresentam menores médias de renda dos responsáveis pelos domicílios.

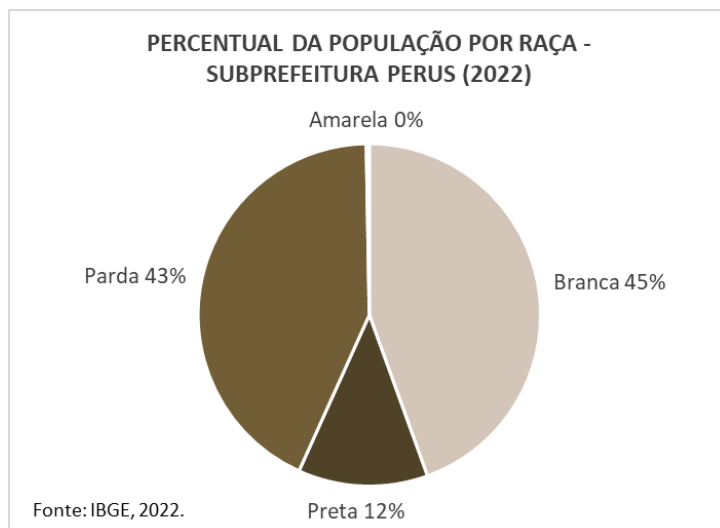




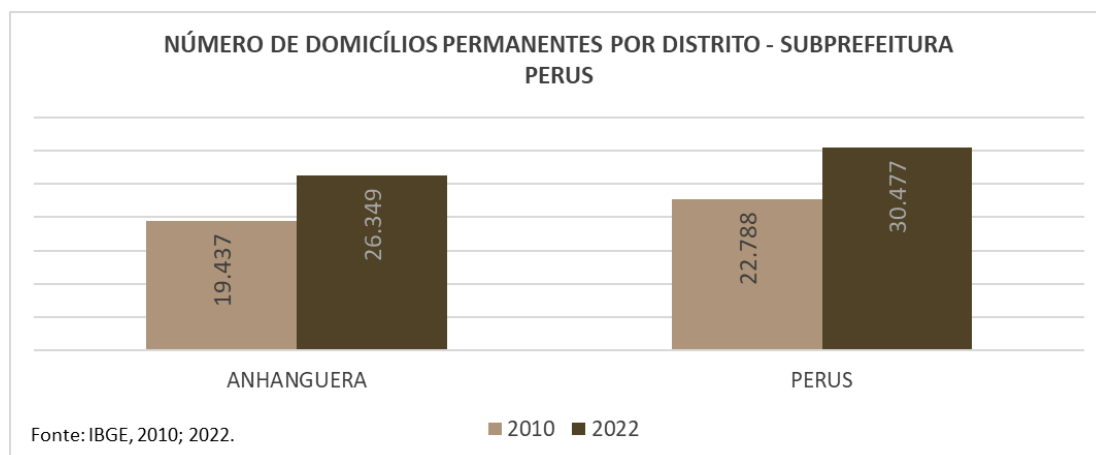
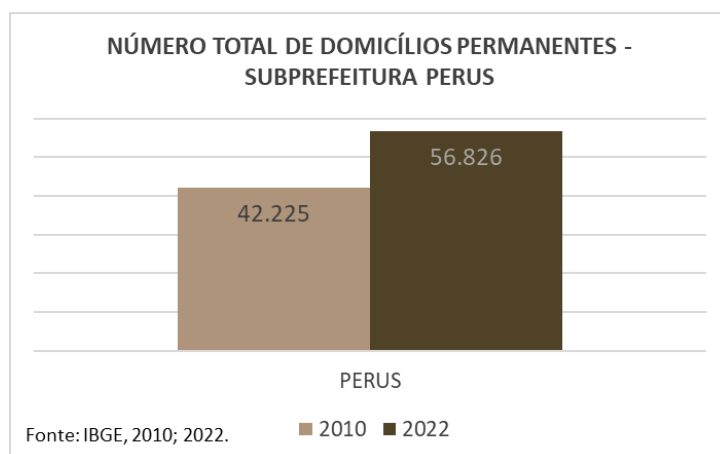
A estrutura etária da Subprefeitura evidencia a predominância da população com idade entre 20 e 59 anos, que representa a maior parte da população economicamente ativa e corresponde a 60,5% da população da Subprefeitura. A taxa de participação da população economicamente ativa nessa Subprefeitura é maior que a do município, de 59,2%. Em comparação aos dados de 2010, observa-se um aumento da participação da população economicamente ativa e do percentual de pessoas acima de 60 anos, acompanhado da redução da população com menos de 19 anos.



Do total da população da Subprefeitura, 45% se autodeclarou branca, 43% parda, 12% preta e 0% amarela, de acordo com dados do Censo de 2022, havendo um percentual maior de população parda e preta e menor de população branca e amarela do que os números gerais do município (que apresentou 54% autodeclarada branca, 34% parda, 10% preta e 2% amarela).



Por fim, em relação aos domicílios, a Subprefeitura apresentou um total de 56.826 domicílios permanentes em 2022, configurando um aumento de 34,6% em relação a 2010. Esse crescimento é maior do que a média de crescimento de domicílios permanentes do município (de 20,5%), e foi de 35,6% no distrito Anhanguera e de 33,7% no distrito Perus.



3.2. Indicadores por Eixo Temático

Apresentam-se, a seguir, panoramas sintéticos dos eixos temáticos, com base no recorte territorial da subprefeitura, passíveis de complementações em versões futuras. A íntegra dos dados e informações encontra-se na Coletânea de Indicadores das Subprefeituras, disponível na plataforma Gestão Urbana.

Meio Ambiente

No âmbito dos indicadores de Meio Ambiente, observa-se que a Subprefeitura dispõe de 4.331,3 hectares de cobertura vegetal (2020), valor equivalente a 76,14% do território da Subprefeitura. A cobertura vegetal per capita, de 265,5 m²/hab., está acima da mediana municipal, de 22,9 m²/hab.

Quanto à área de parques municipais e estaduais existentes, o território registra 182,1 hectares — valor equivalente a 3,2% de seu território —, frente a uma mediana municipal de 92,3 hectares. Já em relação aos parques municipais planejados pelo PDE, estima-se um potencial de 357,6 hectares, dos quais 127,3 hectares correspondem a parques lineares vinculados a cursos d'água.

Infraestrutura e Saneamento Ambiental

No âmbito dos indicadores de Infraestrutura e Saneamento Ambiental, o Censo 2022 indica que 0,9% dos domicílios do Município de São Paulo não possuíam conexão à rede de água, mantendo o índice de 2010, enquanto a ausência de ligação à rede de esgoto reduziu de 8% em 2010 para 2,7% em 2022. Considerando que não estão disponíveis informações atualizadas por subprefeitura, são apresentados os dados de 2010 para a Subprefeitura: 2,07% dos domicílios não estavam conectados à rede de água e 13,5% não dispunham de ligação à rede de esgoto. Esses índices se apresentam acima da média municipal para a rede de água (1,32%) e acima da média para a rede de esgoto (9,17%).

Vinculados ao sistema de drenagem, a Subprefeitura registrou 11 ocorrências de inundação e 2 de alagamento em 2024, de um total de 214 e 237 no Município, respectivamente. No que se refere aos resíduos sólidos, o território dispõe de 2 unidades de ecoponto, o que representa 3,09 equipamentos a cada 100 mil domicílios.

Por fim, no campo da infraestrutura de telecomunicação, registram-se 46 pontos de Wi-Fi Livre, equivalentes a 19,86 pontos por 100 mil domicílios, correspondentes a locais de acesso gratuito à internet em espaços públicos.

Habitação Social

No âmbito dos indicadores de Habitação Social, observa-se a presença de 35 favelas, que ocupam 28,65 hectares, correspondendo a 0,5% do território da Subprefeitura, frente aos 2.395,7 hectares presentes no Município.

Quanto às áreas em situação de risco hidrológico e geológico, considerando todas as categorias (R1, R2, R3 e R4) e excluídas as sobreposições, registra-se um total de 96,4 hectares — valor equivalente a 1,69% de seu território —, em comparação aos 2.252,4 hectares identificados no Município.

No que se refere aos procedimentos de regularização fundiária em núcleos urbanos informais, entre os anos de 2020 e 2023, foram beneficiadas 10.120 famílias na Subprefeitura.

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Segundo o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2021, a Subprefeitura contava com 8.654 empregos formais, correspondendo a 0,18% do total do Município, com predominância nos setores de serviços (3.770), comércio (3.394) e indústria (861).

Entre 2016 e 2021, o total de empregos formais na Subprefeitura diminuiu 8,67%, com destaque para o setor de serviços, que registrou redução de 12,37%, o comércio de 8,57% e a indústria de 0,81%.

Tratando do número de estabelecimentos formais, em 2021, a Subprefeitura contava com 1.072 estabelecimentos formais, correspondendo a 0,4% do Município, com predominância de estabelecimentos nos setores de serviço (456), comércio (469) e indústria (68).

No período de 2016 a 2021, o total de estabelecimentos formais na Subprefeitura diminuiu 9,84%. No período, o setor de serviços registrou queda de 8,8%, o setor de comércio registrou queda 12,66%, enquanto a indústria apresentou queda de 21,84%.

Por fim, observa-se que a proporção de estabelecimentos formais de economia criativa em relação ao total de estabelecimentos formais é de 8,49%.

Desenvolvimento Social e Equipamentos

No âmbito dos indicadores de Desenvolvimento Social e Equipamentos, a Subprefeitura Perus apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,731, valor inferior ao registrado para o município (0,805).

Entre as famílias em situação de extrema pobreza (2025) — aquelas com renda de até ¼ de salário-mínimo per capita —, registram-se 9.864 famílias, de um total de 482.394 no município.

De acordo com o Censo da População em Situação de Rua (2021), a Subprefeitura contabiliza 118 pessoas, diante de um total de 31.884 no município.

Observa-se a presença de 88 equipamentos públicos de educação, da administração direta ou de rede conveniada — incluindo Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI), Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), Centro de Educação Infantil (CEI), Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio (EMEFM), Escola Estadual (EE) e Centro Educacional Unificado (CEU) —, correspondentes a 36,79 equipamentos por 100 mil habitantes residentes na Subprefeitura.

Observa-se a presença de 7 equipamentos públicos de saúde — incluindo UBS, UPA e hospitais —, correspondentes a 4,29 equipamentos por 100 mil habitantes residentes na Subprefeitura.

Observa-se a presença de 4 equipamentos públicos de cultura — incluindo Museus, Bibliotecas, Casas de Cultura, Centro Culturais, CEU e escolas de artes e música —, correspondentes a 2,45 equipamentos por 100 mil habitantes residentes na Subprefeitura.

Observa-se a presença de 10 equipamentos públicos de esporte — incluindo Centros Esportivos, Clubes da Comunidade e CEU —, correspondentes a 7,36 equipamentos por 100 mil habitantes residentes na Subprefeitura.

Observa-se a presença de 31 equipamentos públicos de assistência social, da administração direta ou de rede parceira — incluindo atendimento básico e especial de média e alta complexidade —, correspondentes a 19,01 equipamentos por 100 mil habitantes residentes na Subprefeitura.

Patrimônio Cultural

No âmbito dos indicadores de Patrimônio Cultural, observa-se que, de um total de 5.753 bens tombados no município — incluindo parques e áreas naturais —, a Subprefeitura apresenta 57 bens tombados, correspondente a 0,53% da área de seu território.

Além disso, registra-se a incidência do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Jaraguá-Perus.

Mobilidade

No âmbito dos indicadores de Mobilidade, a Subprefeitura apresenta 3,5% da população residente dentro de um raio de 500 metros do transporte público de alta capacidade, traçado a partir das estações de metrô e trem e dos pontos de ônibus localizados nos corredores exclusivos.

Sobre a infraestrutura municipal de transporte, a Subprefeitura não possui corredores exclusivos e dispõe de 0,6 Km de faixas exclusivas de ônibus. Além disso, não há registro de rede cicloviária implantada em seu território.

Em 2023, foram registradas 28 mortes no trânsito no território da Subprefeitura, diante de 874 no município. Das ocorrências locais, cerca de 57,1% foram mortes de motociclistas, 17,9% de pedestres, 7,1% de ocupantes de veículos (motoristas e passageiros de automóveis, ônibus e caminhões) e 3,57% de ciclistas.

4. Ações Territoriais

Com vistas a subsidiar a identificação de potencialidades para a articulação entre diferentes políticas setoriais, esta seção apresenta as ações territoriais organizadas em dois grupos: (I) aquelas previstas para o quadriênio, alinhadas ao Programa de Metas 2025–2028 e ao Orçamento Cidadão 2026; e (II) um conjunto mais amplo identificado no PDE e em consulta aos órgãos públicos, cujo horizonte de implementação pode variar conforme critérios de viabilidade e de priorização dos órgãos responsáveis. Ressalta-se que uma mesma ação pode constar em diferentes instrumentos de planejamento, indicando convergência entre eles.

4.1. Ações Previstas para o Quadriênio

4.1.1. Programa de Metas 2025-2028

O mapa a seguir apresenta as metas regionalizadas da versão final do Programa de Metas 2025–2028, considerando o recorte territorial da Macrorregião Norte 2. A tabela, na sequência, sintetiza essas metas, com destaque para aquelas referentes ao território da Subprefeitura. Ressalta-se que as metas e suas localizações podem ser ajustadas ao longo do processo de implementação, conforme avaliação dos órgãos competentes. A íntegra do conteúdo — incluindo metas, ações estratégicas e a consolidação da regionalização — encontra-se disponível para consulta na plataforma do [Programa de Metas](#).

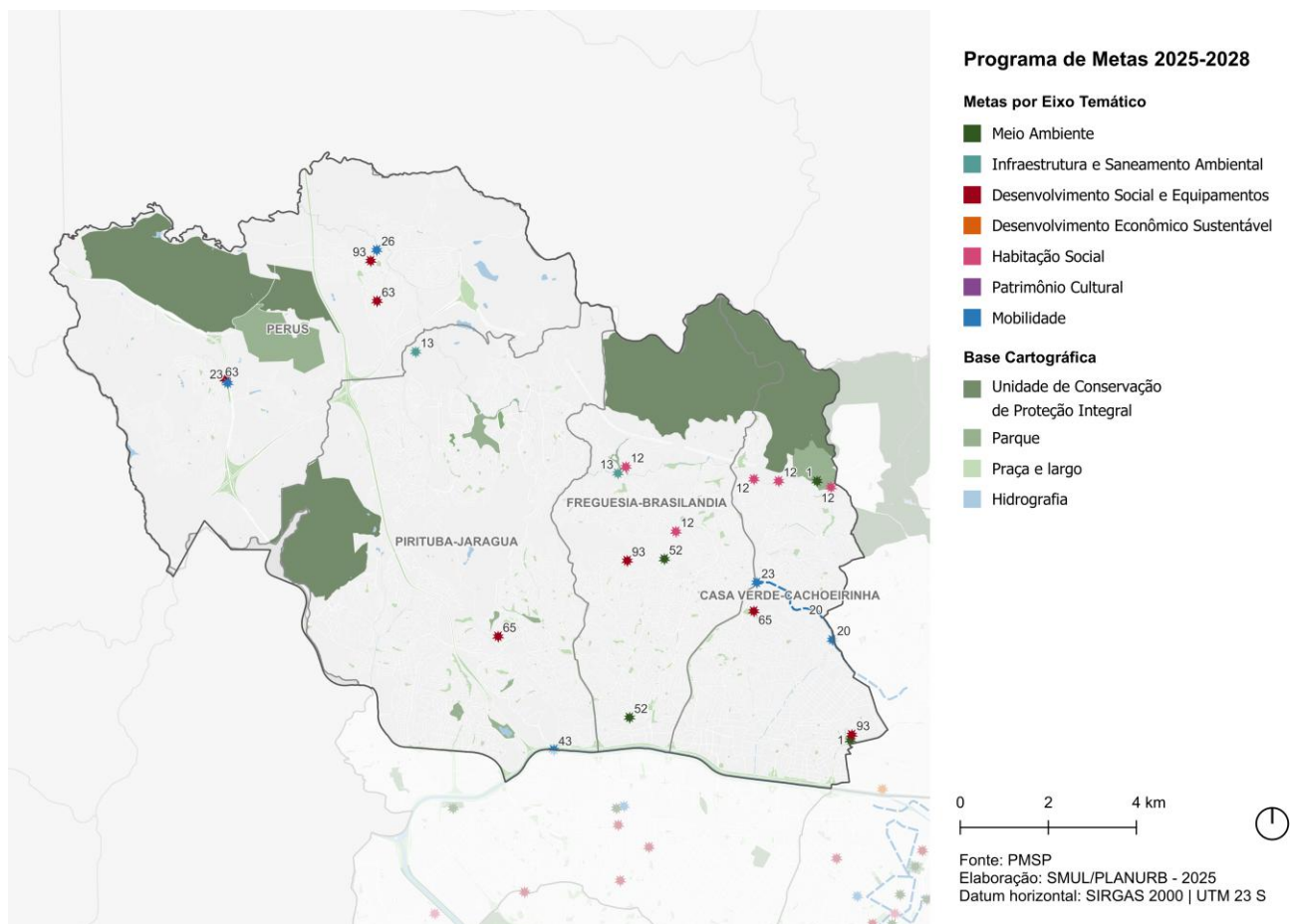


Tabela 2. Metas Regionalizadas na Macrorregião Norte 2

Meta	Conteúdo resumido	Órgão Responsável	Eixo Temático Principal	Subtema
1	Entregar 8 novos parques	SVMA	Meio Ambiente	Parque
12	Realizar obras de canalização de córregos e contenção de encostas em 14 áreas prioritárias	SIURB	Habitação Social	Área de Risco
13	Entregar 8 piscinões e iniciar a construção de outros 6	SIURB	Infraestrutura e Saneamento Ambiental	Drenagem
20	Requalificar a faixa exclusiva da Avenida Imirim	SIURB; SPOBRAS	Mobilidade	Transporte Público Coletivo
23	Entregar 14 requalificações de terminais urbanos	SMT; SPTRANS; SGM/SEDP	Mobilidade	Transporte Público Coletivo
26	Iniciar as obras do novo Terminal Perus	SMT; SPTRANS	Mobilidade	Transporte Público Coletivo
43	Entregar a Ponte Pirituba-Lapa	SIURB; SPOBRAS	Mobilidade	Sistema Viário
52	Realizar 10 ações de requalificação urbana	SMUL; SPURBANISMO	Meio Ambiente	Espaço Livre Público
63	Entrega de 48 novos equipamentos, entre os quais 15 UPAs e 25 UBSs	SMS	Desenvolvimento Social e Equipamentos	Equipamento de Saúde
65	Reformar 8 hospitais, viabilizar melhorias em outros 4 e entregar o novo Hospital Sorocabana	SMS	Desenvolvimento Social e Equipamentos	Equipamento de Saúde
93	Criar o Programa de Requalificação de Equipamentos Culturais “SP+Cultura – Requalifica” e revitalizar 25 espaços culturais	SMC	Desenvolvimento Social e Equipamentos	Equipamento de Cultura
Meta prevista dentro dos limites da Subprefeitura Perus-Anhanguera				

No território da Subprefeitura Perus-Anhanguera, o Programa de Metas contempla intervenções voltadas aos eixos temáticos Mobilidade e Desenvolvimento Social e Equipamentos.

No eixo temático Mobilidade, está prevista a requalificação do Terminal Jardim Britânia no distrito Anhanguera, vinculada à Meta 23, com o objetivo de garantir melhores condições de acessibilidade e segurança aos passageiros. Já a Meta 26 estabelece o início das obras do novo Terminal Perus, junto à Estação Perus da Linha 7-Rubi da CPTM. A proposta tem como finalidade a reestruturação da circulação de ônibus nos dois sentidos da linha férrea, promovendo maior eficiência na integração intermodal e ampliando a capacidade de deslocamento da população.

No eixo Desenvolvimento Social e Equipamentos, destaca-se a previsão de entrega das UBS/UPA Integrada Parque Anhanguera/Jardim Rosinha e UBS Recanto dos Humildes, equipamentos em fases de obras. As ações estão vinculadas à Meta 63, que tem como eixo central a ampliação da rede municipal de saúde, com ênfase no fortalecimento da atenção básica e na qualificação do atendimento de urgências.

Por fim, no âmbito dos Equipamentos de Cultura, está prevista a requalificação da Biblioteca Padre José de Anchieta, vinculada à Meta 93, orientada à valorização do patrimônio cultural da cidade e à melhoria da experiência nos seus espaços e atividades.

Além das metas já regionalizadas na Macrorregião e Subprefeitura, as tabelas a seguir apresentam aquelas que contém a previsão de intervenções ainda passíveis de regionalização. Embora não contemplem, neste momento, a definição territorial de suas ações, essas metas poderão, ao longo da implementação do PdM 2025-2028 e conforme os critérios estabelecidos pelos órgãos competentes, ser direcionadas para o território da Subprefeitura.

Para fins de análise, neste relatório as metas foram agrupadas em dois blocos temáticos: o primeiro reúne ações relacionadas a meio ambiente, infraestrutura e saneamento ambiental, e habitação social; o segundo abrange iniciativas de desenvolvimento econômico sustentável, desenvolvimento social e equipamentos, patrimônio cultural e mobilidade.

**Tabela 3. Metas Regionalizáveis – Bloco Temático 1:
Meio Ambiente | Infraestrutura | Saneamento Ambiental | Habitação Social**

Meta	Conteúdo resumido	Órgão Responsável	Subtema(s)
2	Revitalizar 25 parques	SVMA	Parque
3	Realizar o Projeto Árvores de São Paulo	SVMA; SMSUB	Arborização Urbana; Área Verde; Educação Ambiental; Drenagem
4	Alcançar 11,4% de tratamento de materiais recicláveis	SP Regula; SMSUB; SMDet	Resíduos Sólidos; Recuperação Ambiental; Mudanças Climáticas
5	Levar atividades de conscientização e educação ambiental a 240 mil pessoas	SVMA	Educação Ambiental
8	Entregar 40 mil habitações de interesse social a famílias de baixa renda	SEHAB; COHAB	Provisão Habitacional
9	Entregar 100 mil títulos de posse ou propriedade por meio do Pode Entrar – Regularização Fundiária	SEHAB; COHAB	Regularização Fundiária
10	Beneficiar 50 mil famílias com urbanização de áreas de favela	SEHAB; SMSUB; SIURB	Plano de Urbanização
13	Entregar 8 piscinões e iniciar a construção de outros 6	SIURB	Drenagem

Tabela 4. Metas Regionalizáveis – Bloco Temático 2: Desenvolvimento Econômico Sustentável | Desenvolvimento Social e Equipamentos | Patrimônio Cultural | Mobilidade

Meta	Conteúdo resumido	Órgão Responsável	Subtema(s)
45	Atingir 1.000 quilômetros de malha cicloviária	SMT; CET	Sistema Cicloviário; Segurança Viária
46	Instalar mais 200 quilômetros de Faixa Azul	SMT; CET	Sistema Viário; Segurança Viária
47	Modernizar o sistema semafórico em 1.700 cruzamentos	SPREGULA	Sistema Viário; Segurança Viária

49	Recuperar 10.000.000 de metros quadrados de vias públicas com asfalto novo	SMSUB	Sistema Viário
50	Pavimentar 400.000 metros quadrados de vias de terra	SMSUB	Sistema Viário; Transporte Público Coletivo
51	Renovar um milhão de metros quadrados de calçadas	SMSUB	Circulação de Pedestres; Acessibilidade
55	Atingir 40 mil câmeras integradas à plataforma de monitoramento do Programa Smart Sampa	SMSU	Segurança Pública
57	Revitalizar 20 estruturas operacionais da GCM, da Defesa Civil e das Juntas do Serviço Militar	SMSU	Segurança Pública
63	Ampliar o acesso à saúde com a entrega de 48 novos equipamentos	SMS	Equipamento de Saúde
64	Entregar 4 unidades do novo Paulistão da Saúde	SMS	Equipamento de Saúde
71	Constituir 30 novas equipes do Programa Acompanhante de Idosos e atualizar as diretrizes técnicas para a atenção à saúde dessa população	SMS	Equipamento de Saúde
72	Entregar 3 Centros TEA nas regiões Leste, Sul e Oeste	SMPED	Equipamentos e Serviços Públicos
73	Abrir ou requalificar 15 equipamentos e serviços de atendimento a pessoas com deficiência e TEA	SMS	Equipamento de Saúde
74	Entregar 4 unidades da Casa Mãe Paulistana – Pessoa com Deficiência	SMPED	Equipamentos e Serviços Públicos
83	Inaugurar 12 novos CEUs e viabilizar mais 10	SME	Equipamento de Educação
84	Criar a Escola Municipal de Formação de Profissionais da Educação do Futuro	SME	Equipamento de Educação
85	Entregar 25 novos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional	SMDHC; SESANA	Equipamento de Segurança Alimentar
86	Entregar 10 Vilas Reencontro	SMADS	Equipamento de Assistência Social
89	Priorizar 25 obras, novas ou de reforma, nos cemitérios públicos	SP Regula	Equipamentos e Serviços Públicos
90	Requalificar 65 equipamentos esportivos	SEME	Equipamento de Esporte e Lazer
91	Expandir o Programa Rede Olímpica	SEME	Equipamento de Esporte e Lazer
94	Abrir 2 novas unidades da Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA)	SMC	Equipamento de Cultura
98	Acelerar 200 startups por meio do Programa de Valorização de Iniciativas Tecnológicas (Vai Tec)	SMDDET; ADESAMPA	Economia Criativa
99	Inaugurar o Polo Sampa Games e acelerar o desenvolvimento de 100 empresas do setor	SMDDET; ADESAMPA	Economia Criativa
101	Abrir 5 novos equipamentos de economia criativa	SMC; SMDDET	Economia Criativa
109	Fortalecer o Programa Sampa+Rural	SMDDET	Agroecologia e Sustentabilidade; Turismo
112	Dobrar o número de roteiros do Programa Vai de Roteiro	SMTUR	Turismo
119	Criar uma Unidade Avançada de Inteligência Artificial	SMIT; SMDDET; ADESAMPA	Economia Criativa

4.1.2. Orçamento Cidadão 2026

O Orçamento Cidadão é um processo participativo da Prefeitura de São Paulo no qual os munícipes apresentam propostas para compor a Lei Orçamentária Anual (LOA), alinhado ao princípio de gestão orçamentária participativa previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Atualmente, por meio desse instrumento, são destinados R\$ 10 milhões para cada uma das 32 Subprefeituras, totalizando R\$ 320 milhões anuais destinados à execução dos compromissos escolhidos pela população.

Com o objetivo de complementar o levantamento das ações previstas para o quadriênio, foram identificadas e territorializadas as ações votadas e aprovadas pelo Orçamento Cidadão, a partir do processo e dos dados disponibilizados no [portal Participe+](#) neste ciclo de planejamento. Destaca-se que o Orçamento Cidadão possui um horizonte temporal distinto do Programa de Metas, sendo elaborado anualmente. Dessa forma, o mapa a seguir indica as ações com previsão de execução em 2026, considerando o recorte territorial da Macrorregião Norte 2. Em seguida, a tabela traz uma síntese dessas ações, destacando aquelas que se referem ao território da Subprefeitura.

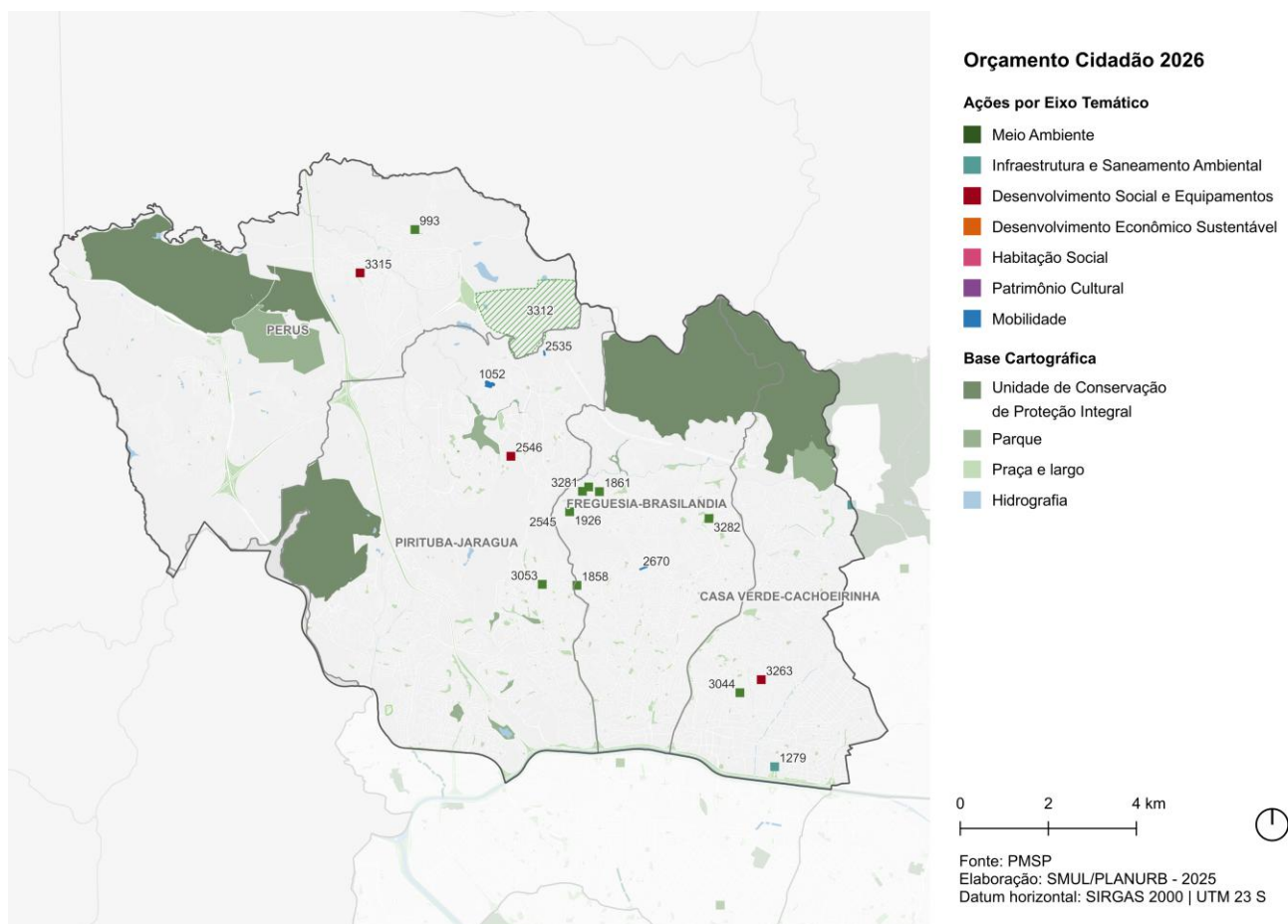


Tabela 5. Ações aprovadas no Orçamento Cidadão 2026 na Macrorregião Norte 2

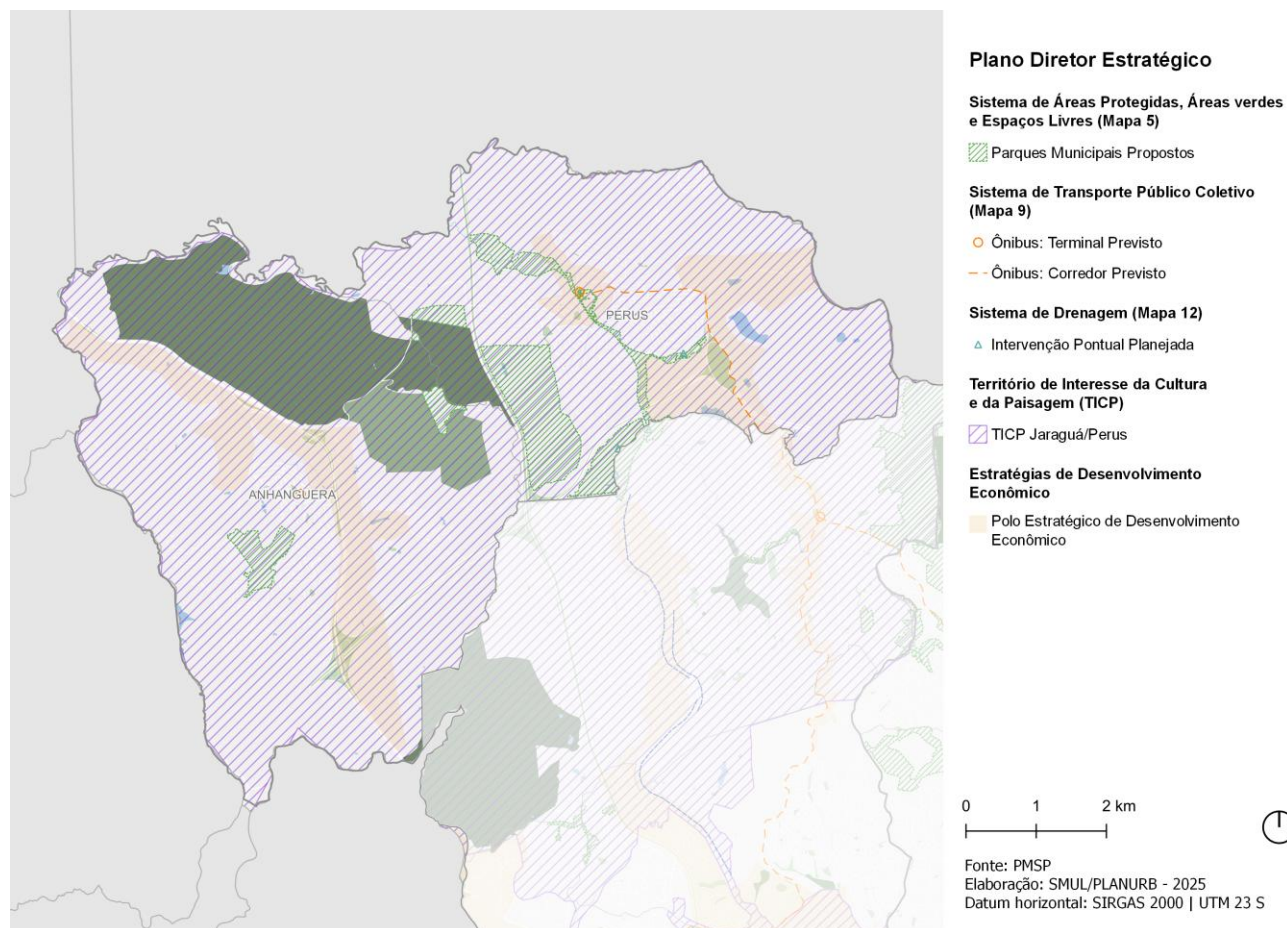
ID	Ação	Órgão Responsável	Eixo Temático Principal	Subtema
993	Construir a Eco Praça "Philó"	SUB	Meio Ambiente	Praça
1052	Pavimentar e qualificar ruas – Jardim Rincão	SUB	Mobilidade	Sistema Viário
1279	Realizar obras para contenção de enchentes, entre outras - Avenida Ordem e Progresso	SIURB	Infraestrutura e Saneamento Ambiental	Drenagem
1858	Revitalizar praça da Rua Cecília Maria, 255	SUB	Meio Ambiente	Praça
1861	Instalar quadra e academia, na Rua Milton Jansen de Faria	SUB	Meio Ambiente	Espaço Livre Público
1926	Instalar cobertura e arquibancada na quadra da praça Marielle Franco	SUB	Meio Ambiente	Espaço Livre Público
2535	Revitalizar e reformar escadão do Parque Taipas	SUB	Mobilidade	Circulação de Pedestres
2545	Revitalizar escadão do Jardim Sydney	SUB	Mobilidade	Circulação de Pedestres
2546	Criação de Centro Dia do Idoso na Estrada Corredor	SMADS	Desenvolvimento Social e Equipamentos	Equipamento de Assistência Social
2670	Instalar corrimão e adequar via de acesso na Travessa Dino Antônio Menochi	SUB	Mobilidade	Acessibilidade
3044	Realizar a cobertura e a reforma da quadra na Rua Padre Moura, 200	SUB	Meio Ambiente	Espaço Livre Público
3053	Instalar cobertura de quadra Poliesportiva na Vila Renato - Rua Conquista	SUB	Meio Ambiente	Espaço Livre Público
3263	Construir arquibancadas, vestiários e cobertura na Arena do Agreste	SEME	Desenvolvimento Social e Equipamentos	Equipamento de Esporte e Lazer
3280	Reformar Praça Divino Pai Eterno	SUB	Meio Ambiente	Praça
3281	Reformar Praça Padre Ivo Paoloni, Jardim Paulistano	SUB	Meio Ambiente	Praça
3282	Implantar Quadra de Areia, na Praça Sete Jovens	SUB	Meio Ambiente	Espaço Livre Público
3312	Dar continuidade ao Plano de Bairro do Sítio Botuquara: Fase 02 Proposta com recurso	SUB	Meio Ambiente	Espaço Livre Público
3315	Ampliar UBS Perus	SMS	Desenvolvimento Social e Equipamentos	Equipamento de Saúde
Ação prevista dentro dos limites da Subprefeitura Perus-Anhanguera				

4.2. Outras Ações Previstas

4.2.1. Plano Diretor Estratégico

O Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/2014) previu a realização de uma revisão intermediária, iniciada em 2021 e consolidada pela Lei nº 17.975/2023, voltada ao aperfeiçoamento de seus dispositivos. Nesse processo, foram atualizadas disposições relacionadas às ações prioritárias dos sistemas urbanos e ambientais, em função do desenvolvimento do planejamento setorial ao longo do período. Foram atualizados o Mapa 5 – Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, o Mapa 8 – Ações Prioritárias no Sistema Viário Estrutural e o Mapa 9 – Ações Prioritárias no Sistema de Transporte Público Coletivo, bem como incorporado, no contexto da revisão intermediária, o Mapa 12 – Ações Prioritárias no Sistema de Drenagem. Para facilitar a identificação das intervenções futuras, aqui serão ilustrados apenas os elementos com status de previstos e planejados pelos referidos mapas, sem retratar a infraestrutura existente no território.

Este relatório também engloba as definições associadas à Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável, incluindo os Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico (arts. 177 a 179A), o Polo de Economia Criativa (Quadro 11), o Parque Tecnológico (Quadro 13) e os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICP (arts. 182 e 314). O mapa a seguir reúne essas disposições a partir do recorte territorial da Subprefeitura.

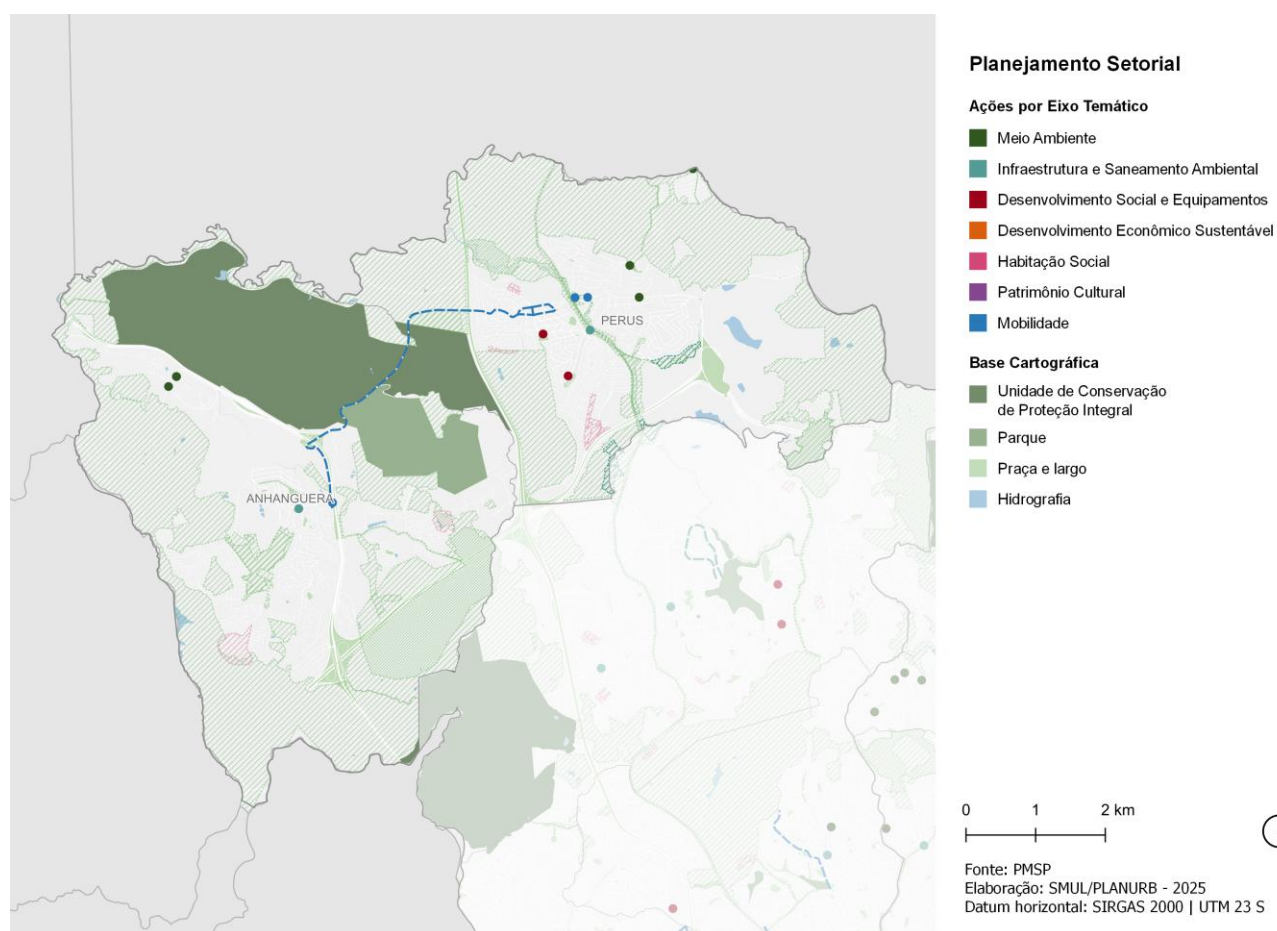


4.2.2. Planejamento Setorial

Para complementar o mapeamento das ações consideradas na elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras 2026–2029, foram consultados subprefeituras, secretarias e órgãos associados quanto a intervenções de caráter físico-territorial. Foram compartilhados dados referentes a intervenções em andamento e planejadas, sejam para o quadriênio 2025-2028 ou em outro horizonte temporal de planejamento.

Considerando o foco dos Planos de Ação nas intervenções previstas, optou-se por consolidar as ações em uma única camada, independentemente do horizonte temporal de implantação, visando à homogeneização das informações provenientes dos diferentes órgãos. Adicionalmente, foram incorporadas as ações identificadas no âmbito do Orçamento Cidadão 2026, previstas para execução com recursos próprios das respectivas secretarias.

O mapa a seguir apresenta a consolidação das intervenções setoriais previstas. Ressalta-se que uma mesma ação pode constar em diferentes camadas previamente apresentadas, em função da convergência entre instrumentos e fontes de planejamento.



5. Participação Social

Neste ciclo de planejamento, a participação social vinculada aos Planos de Ação das Subprefeituras atende simultaneamente ao Decreto nº 57.537/2016, que trata da elaboração dos PAS, e ao Decreto nº 59.574/2020, que determina a realização de audiências públicas integradas sobre os instrumentos do Sistema Municipal de Planejamento.

A primeira etapa, realizada entre abril e maio de 2025, contou com 36 audiências públicas — uma geral, três temáticas e 32 regionais — além de consulta virtual na plataforma Participe+. De caráter integrado, essa fase reuniu contribuições para o Programa de Metas, o Plano Plurianual, os Planos de Ação das Subprefeituras e o Orçamento Cidadão. No âmbito dos PAS, os resultados foram sistematizados no Relatório de Sistematização das Audiências Integradas, elaborado por SMUL/PLANURB e disponível na Plataforma Gestão Urbana.

A segunda etapa, realizada entre julho e setembro de 2025, consistiu em oficinas participativas nas 32 subprefeituras, em uma oficina com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPD) e em nova consulta virtual, voltadas à identificação de potencialidades e demandas territoriais. A metodologia adotada e os resultados foram divulgados por meio do Relatório de Sistematização das Oficinas, que apresentou síntese das contribuições coletadas. Como etapa conclusiva, foi realizada, em novembro de 2025, audiência pública devolutiva, de caráter integrado e formato virtual, em atendimento às legislações mencionadas.

A seguir, apresenta-se um panorama das contribuições da oficina participativa realizada no território da Subprefeitura. Este relatório reproduz a síntese das propostas coletadas, acrescida da descrição geral de sua distribuição espacial no mapa. Complementarmente, o Anexo 1 apresenta o conjunto das propostas territorializadas, incluindo as produzidas de forma coletiva e individual nas oficinas presenciais, as resultantes da oficina com o CMPD e as recebidas via Participe+, aplicáveis à subprefeitura.

No Anexo 1, as contribuições estão organizadas em mapas acompanhados de tabelas, conforme os eixos temáticos abordados nas oficinas — meio ambiente, habitação, infraestrutura, saneamento ambiental, patrimônio cultural, mobilidade, desenvolvimento econômico sustentável e desenvolvimento social e equipamentos —, sendo classificadas como “Outro” quando não associadas a esses temas. A quantidade de mapas por subprefeitura varia de acordo com os temas que receberam contribuições.

5.1. Contribuições da Oficina Participativa na Subprefeitura

A oficina promovida nesta subprefeitura em 20/08/2025 resultou em 19 propostas. No **Bloco Temático 1**, em **Meio Ambiente**, destacam-se as propostas para a implantação de um parque linear conectando ao Parque Linear Ribeiro Perus, instalação de mobiliário em parques e praças, e melhorias de acesso ao Parque Anhanguera.

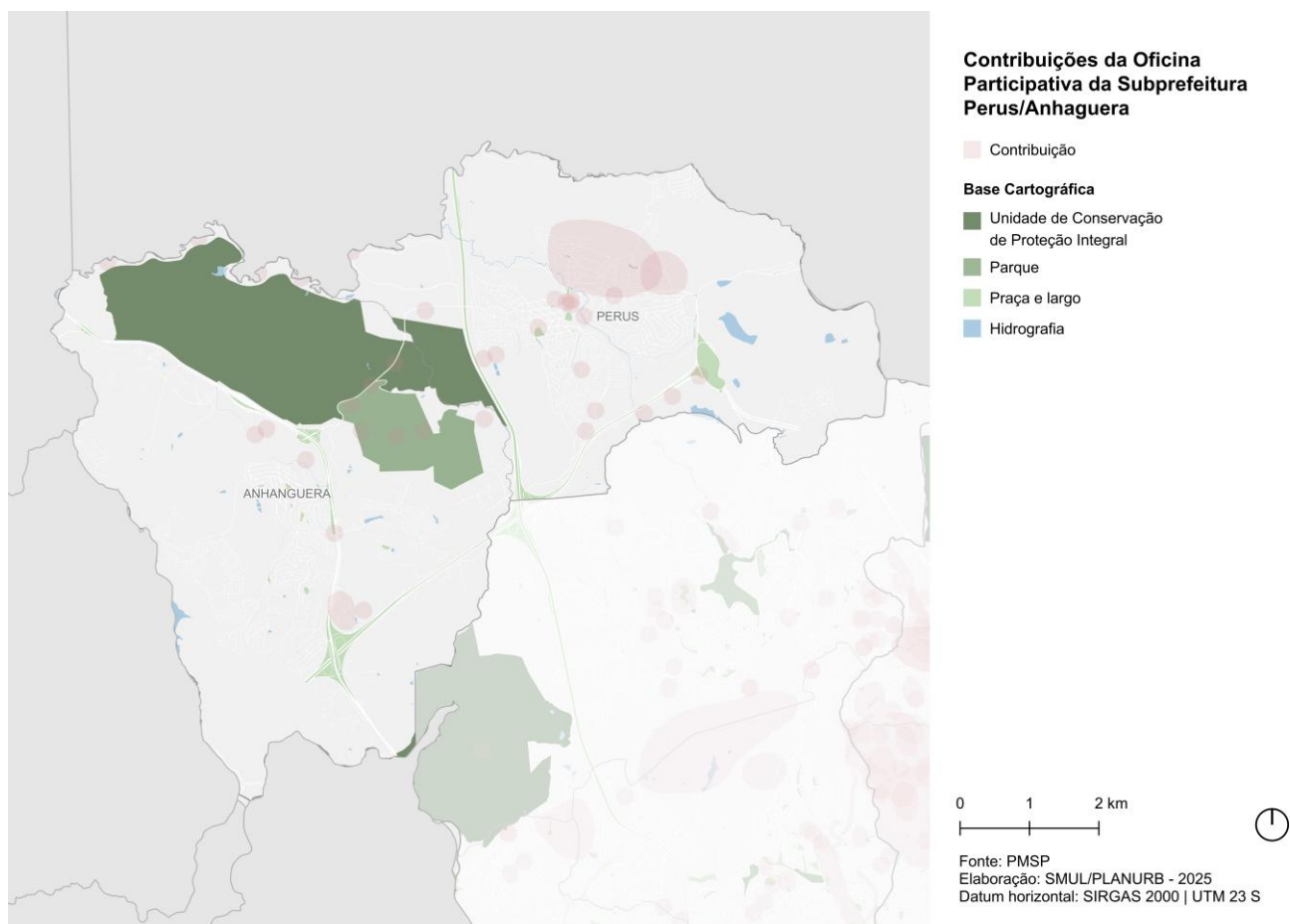
Em **Habitação**, destacam-se projetos de regularização fundiária e/ou outras soluções para áreas de risco geológico, como no Jardim da Paz I e II. No **Saneamento Ambiental**, é proposto o aumento da coleta de resíduos sólidos e medidas contra o descarte irregular de resíduos, como a criação de um sistema para recolhimento de garrafas PET no Rio Juqueri. Quanto à **Infraestrutura**, sugerem-se melhorias em iluminação pública.

No **Bloco Temático 2**, em **Patrimônio Cultural**, destaca-se o desenvolvimento do TICP (Território de Interesse da Cultura e da Paisagem) demarcado na região.

Em **Mobilidade**, as propostas incluem a criação de um teleférico conectando pontos importantes da região, a implantação de estrutura cicloviária e calçadas conectando Perus ao Parque Anhanguera, oferta de linhas de ônibus intra-bairro, especialmente nas vilas Caiuba, Hungaresa e Flamengo, a implantação de um terminal de ônibus na Praça Inácio Dias, a melhoria da estrutura e da segurança da passarela de acesso à Rua Soles Gomes, além da criação de alças de acesso visando integrar comunidades hoje isoladas pela rodovia.

Para **Desenvolvimento Social e Equipamentos**, prevê-se ampliação da UBS Perus, implantação de hospital e de centro esportivo. Em **Desenvolvimento Econômico Sustentável**, destacam-se propostas para fomentar o empreendedorismo feminino.

O mapa a seguir ilustra a distribuição das propostas recebidas na oficina.



Observa-se uma quantidade reduzida de contribuições na subprefeitura, com concentração na área central do território. No distrito de Perus, as contribuições concentram-se principalmente na porção oeste do distrito. No distrito de Anhanguera, as contribuições são pontuais e distribuídas principalmente nos trechos próximos ao Rodoanel e na porção leste do distrito, sem formação de áreas contínuas de concentração. As contribuições distribuem-se também de forma dispersa ao longo dos eixos viários das avenidas Dr. Sylvio de Campos, Rua Padre Manuel Campelo e Estrada de Perus.

A subprefeitura apresenta extensas áreas sem registros de contribuições, sobretudo nas porções oeste e norte. Considerando os distritos, ambos apresentam aproximadamente a mesma quantidade de contribuições.

6. Considerações Finais

Este Caderno consolida os resultados do processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras 2026–2029, relacionando as diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras às ações prioritárias previstas para o quadriênio no Programa de Metas 2025–2028 e no Orçamento Cidadão 2026, bem como às disposições do Plano Diretor Estratégico (PDE), às demais ações setoriais e às contribuições oriundas do processo participativo.

O processo de elaboração dos PAS foi conduzido de forma integrada e simultânea aos demais instrumentos de planejamento municipal, incorporando, em seu desenvolvimento, novas camadas de informações territoriais, além das contribuições da população. Essa abordagem resultou na organização e disponibilização de um conjunto integrado de informações, destinado a subsidiar leituras e análises por parte das diferentes instâncias envolvidas na gestão e no planejamento territorial.

Como parte do Caderno de cada subprefeitura, o [Anexo 1](#) apresenta os mapas produzidos a partir do processo participativo, expressando as propostas identificadas nas oficinas presenciais e por meio da plataforma Participe+ organizadas por eixo temático. Esse material oferece aos órgãos públicos e à sociedade civil uma leitura integrada das demandas territorializadas, contribuindo para a compreensão do conjunto do território.

O [Anexo 2](#), por sua vez, apresenta o cruzamento entre as camadas de informação mapeadas e os Perímetros de Ação definidos nos Planos Regionais das Subprefeituras. Para fins de leitura, ressalta-se que o detalhamento dos Perímetros de Ação — incluindo caracterização, objetivos e diretrizes — encontra-se nos Cadernos Regionais e Macrorregionais, elaborados em 2016 e disponíveis na plataforma [Gestão Urbana](#). O Anexo 2 deve ser compreendido como material complementar, voltado à identificação das iniciativas já priorizadas para o quadriênio e de outras ações planejadas pelos órgãos setoriais. Ele permite a análise de complementaridades e compatibilidades entre as ações dos diferentes órgãos e a construção de abordagens mais completas e integradas para intervenções territoriais, conforme previstas nos Planos Regionais das Subprefeituras.

Dessa forma, como instrumentos de articulação institucional e de apoio à implementação da política de desenvolvimento urbano na escala local em consonância com o Plano Diretor Estratégico vigente, espera-se que os PAS contribuam para o aperfeiçoamento do planejamento e gestão integrada das ações municipais e para o cumprimento das funções sociais da cidade e para o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do território.

Planos de Ação das Subprefeituras 2026-2029

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL Coordenadoria de Planejamento Urbano – PLANURB

Gabinete SMUL

Elisabete França - Secretária Municipal

Júlia Maia Jereissati - Secretária Adjunta

José Luiz Tabith Junior - Secretário Executivo Adjunto

Paulo Leite Junior - Chefe de Gabinete

Coordenação SMUL/PLANURB

Fernando Henrique Gasperini

Equipe Técnica SMUL/PLANURB

Adriana Jardim Gouveia

Camila Ayra Mori

Camilla do Vale Freitas

Caroline Krobath Luz Pera

Flávia Taliberti Peretto

Giovanna Estevam Saquietti

Giulia Farran Matteo

Guilherme Iseri de Brito

Gustavo Rogério De Lucca

Juliana Mendes Prata

Luciana Chakarian Kuada

Márcia Petrone

Maria Stella Cardeal de Oliveira

Mateus Tourinho Borges Penteado

Pâmela Escolastico Rodrigues

Raquel Araujo de Jesus Ponte

Rosana Yamaguti

Vinicius Luz de Lima

Estagiários SMUL/PLANURB

Acássia Gomes Perfeito

Estela Scudelher Gomes

Rebeca de Freitas Rocha

Pedro Henrique de Carvalho

Equipe do Programa de Qualificação de Arquitetos e Urbanistas (PQAU)
Acordo de Cooperação Técnica CAU/SP Nº 06/202

Amanda Pires da Silva

Caio Aguiar da Silva

Francisco Rodrigues Chaves

Jessica Raidislane Marcolino do Nascimento

Lucas Matheus Ribeiro de Melo

Luciana Orellano Fernandes

Maiara Oliveira Silva de Aguiar

Maria Vitória Araujo do Nascimento

Mariana da Silva Barros

Paolla Karrara Oliveira e Silva

Rosilene Francisca Vitorino de Andrade

Weiler Sergio Mêrces Teixeira

Wendel Fermino dos Santos